

Faculdade Damas da Instrução Cristã  
Relações Internacionais

Wyllames Noberto da Silva

A Dependência de Países Europeus ao Gás Natural  
Russo

Recife  
2010

Wyllames Noberto da Silva

A Dependência de Países Europeus ao Gás Natural  
Russo

Monografia submetida à banca examinadora de graduação em Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã, como parte dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thales Cavalcanti Castro

Recife

2010

**Silva, Wyllames Norberto da.**  
**A Dependência de Países Europeus ao Gás Natural Russo /**  
**Wyllames Norberto da Silva. – Recife: O Autor, 2010.**

**69 folhas**

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.**  
**Bacharelado em Relações Internacionais, 2010.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Relações Internacionais 2. Gás Natural - Rússia. 3. Política energética I. Título.**

**327 CDU (2.ed.) Faculdade Damas**

**327 CDD (22.ed.) 2010- 007**

Wyllames Noberto da Silva

A Dependência de Países Europeus ao Gás Natural Russo

Monografia submetida à banca examinadora de graduação em Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã, como parte dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Thales Cavalcanti Castro.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Thales Cavalcanti Castro  
Orientador - Faculdade Damas da Instrução Cristã

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Margarita Neves  
Professora da disciplina de Projeto Experimental I e II - Faculdade Damas da Instrução Cristã

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Rosário de Fátima B. de Amorim

# Agradecimentos

---

Primeiramente agradeço Deus pela presença em todas as pessoas que fizeram parte desta jornada acadêmica, e a meus pais, Milton e Ceci e meus irmãos Weyllison e Danilo que, embora distantes (em outro estado) durante toda a minha jornada acadêmica na Faculdade Damas, me incentivaram e me alimentaram, cada vez mais, do ideal de pessoa que procuro seguir.

Agradeço a minha tia e madrinha Conceição, que me acompanhou durante esse período, amenizando a ausência da dos meus pais e minha tia Josefa, que sempre me acolheu nas adversidades dos estudos. Meu primo Clécio também se fez presente nesta etapa.

Muito agradecido aos meus professores por passarem ensinamentos que, sem eles, jamais poderia desenvolver meu senso crítico e autoconhecimento: Susan Lewis, Artémis Holmes, Keyla Sonalle, Sidartha Sória, Luis Emanuel, Márcia Longi entre outros tão importantes quanto os citados. Para professora Jeanete, professora Liana Lewis, e professora Rosana Teles um agradecimento especial, sobretudo na amizade que desenvolvi com o tempo e que se solidificou com o aprendizado.

Agradeço a meu orientador Thales Castro pelo convívio nos meus anos de graduação tal como sua ajuda, em complemento a de Maria do Carmo Brandão, que, como coordenadores, contornavam quaisquer adversidades na rotina dos alunos de Relações Internacionais.

Agradecerei sempre a professora Margarita Neves por sua compreensão e rigidez, durante o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão do curso.

Agradeço à professora Fátima Amorim pela presença em minhas etapas finais de graduação e participação no ambiente de sala de aula.

Aos meus eternos colegas de classe, Nilda, Lourdinha, Cleival, Claudia, Raphaela, Nadja e Laila que estiveram ao meu lado desde nosso aprendizado como intelectuais de Relações internacionais. Maria Eduarda (Duda) também foi especial.

Agradeço aos funcionários da Faculdade, sobre a figura de Rosana, Margareth, Expedito e outros pelo convívio nestes anos de formação acadêmica.

Agradeço a Diretora Maria Arcione (irmã Miriam) e Carmem Monteiro por conduzir a Faculdade Damas com excelência frente às realidades do mercado e da vida.

## Resumo

---

O presente estudo analisa as diretrizes dos Estados no cenário internacional, especificamente no continente euro-asiático, baseadas nos reais interesses ligados a correntes filosóficas das Relações Internacionais. Nesse sentido, o trabalho debate acerca da posição de seus atores sob um cenário de dependência energética à fonte do Gás Natural. Dentre os atores essenciais ao estudo está a Federação da Rússia, que, sob a forma de sua estatal energética — a GAZPROM — estabelece uma relação de sujeição energética de parte dos Estados europeus: Alemanha e Itália. O enfoque do problema pressupõe a consequência dessa dependência e ainda, uma posição ítalo-germânica reticente, durante a Cúpula da OTAN, ao conflito entre Rússia e Geórgia em 2008, o que levantou a especulação do que estariam por trás dessa posição retraída. Assim, fez-se pertinente um estudo dos antecedentes históricos do caso, desde a origem da estatal energética da Rússia, até a irrupção da contenda. Este espaço garantirá o conhecimento da situação energética europeia e a estratégica de política externa da Rússia, atrelada ao vetor energia. Admite-se que o conflito energético partiu de problemas nos próprios países da Europa, seja por fatores conjunturais como a quebra de seus monopólios estatais históricos no sector da energia, seja por fatores estruturais como a escassez de combustíveis fósseis no território europeu, o que significou que a própria Europa se desarmou perante o comércio agressivo do gás. O levantamento da situação possibilitou ainda, algumas indagações quanto à construção de um regime de cartelização do gás natural, bem como de previsões acerca do cenário energético euro-asiático do gás, mostrando a situação de seu principal exportador: a Rússia.

**Palavras-Chaves:** política externa da Rússia, modelo de dependência energética, a empresa estatal GAZPROM.

## Abstract

---

This study discusses the decisions of states in the international arena, specifically on the Eurasian continent, based on real interests linked to the philosophical paradigms of International Relations. To do so, it discusses about the position of his actors in a scenario of the energy dependence of the Natural Gas Supply. The Russian Federation is among the main protagonists in this research and together with its energy state — Gazprom— it establishes a relationship of placing energy in which Germany and Italy, they are its main consumers. The starting point of the discussion is the consequence of this dependence showed by the Italo-Germanic's reticent position during the Summit of NATO, about the conflict between Russia and Georgia in 2008, which raised speculation of what was behind of this defensive position. Thus, it's necessary to study the temporal case, since the Origin of this Russian energy monopoly, until the outbreak of the conflict. This space will ensure the knowledge of the energy situation in Europe and strategic foreign policy of Russia, tied to the energy vector. It will be evidenced that the energy problem started with problems in their own countries in Europe, either by cyclical factors like breaking their historic monopolies in the energy sector, or by structural factors such as shortages of fossil fuels in Europe, which meant that Europe has disarmed itself before the aggressive trading of gas. The survey also enables searching questions about the construction of a system of cartelization of natural gas, as well as predictions about the energy scene Eurasian gas, showing the condition of its main exporter: Russia.

**Key words:** Russian foreign policy, energy dependency model, GAZPROM state company.

## Figuras e Tabelas

---

### Figuras

Figura 1- Evolução da produção mundial de petróleo.....	16
Figura 2- Cadeia do Gás Natural.....	19
Figura 3- Fontes energéticas utilizadas para produção de energia na União Européia.....	26
Figura 4- Produção de gás da Gazprom em bcm (bilhões de metros cúbicos).....	29
Figura 5- Evolução das oscilações líquidas na utilização das fontes para geração de eletricidade.....	31
Figura 6- Mercados de Gás Natural Liquefeito.....	32
Figura 7- % (porcentagem) de venda da GAZPROM e principais importadores europeus.....	33
Figura 8- Sistema de distribuição do gás natural russo na Europa.....	38
Figura 9- Transmissão do gás na Alemanha.....	39
Figura 10- Sistema de distribuição do gás da Federação Russa.....	40
Figura 11- Rede de transporte de gás na Itália.....	43
Figura 12- Conflito Militar entre Rússia e Geórgia em agosto de 2008.....	53

### Tabelas

Tabela 1- Porcentagem do crescimento do PIB (anual) da Rússia de 1991 a 2006.....	27
Tabela 2- Vantagens e Desvantagens entre Gasodutos e GNL.....	35
Tabela 3- Máxima Expectativa de Dependência à importação do Gás Natural pela Europa dos 15.....	46

## Abreviações e Siglas

---

AIE- Agência Internacional de Energia

BRIC- Brasil, Rússia, Índia e China

CEI- Comunidade dos Estados Independentes

CCCGN- Central de ciclos combinados a gás natural

ENI- Enti Nazionale Idrocarburi (Entidade Nacional dos Hidrocarbonetos)

EU- União Européia

EUA- Estados Unidos da América

GN- Gás Natural

GNL- Gás Natural Liquefeito

GUAM- Geórgia, Ucrânia, Armênia e Moldávia

NEGP- Northern Europe Gas Pipeline

SEGP- Southern Europe Gas Pipeline

OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB- Produto Interno Bruto

UNASUL- União das Nações Sulamericanas

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

# Sumário

---

## **Tema: A dependência de países europeus ao gás natural russo**

<b>Introdução</b> .....	<b>11</b>
<b>1- Capítulo I: As origens da dependência</b> .....	<b>15</b>
1.1 - O balanço das fontes energéticas da Europa.....	15
1.2 - O contexto histórico de criação da estatal russa Gazprom.....	19
1.3 – A Origem das parcerias.....	23
<b>2- Capítulo II: A política do gás russo</b> .....	<b>31</b>
2.1 - Energia russa atravessando a Europa.....	31
2.2 - A problemática da dependência energética.....	41
2.3 - Vislumbra-se a instauração de um cartel do gás?.....	47
<b>3- Capítulo III: Discussão energética no conflito</b> .....	<b>51</b>
3.1 - A sombra russa sobre a Geórgia.....	51
3.2 - O conflito na observância das relações inter-comerciais.....	56
3.3 - Conferência da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte): Estados Unidos de mãos atadas.....	58
<b>Considerações Finais: O que esperar da Rússia nas próximas décadas?</b> .....	<b>60</b>
<b>Referências</b> .....	<b>66</b>

## Introdução

---

O estudo acerca de matrizes energéticas vem-se aprofundando junto com os possíveis problemas de sua adoção na agenda internacional dos países. O tema, ainda pouco trabalhado para muitas nações, emerge cada vez mais nas pautas de discussões nacionais, seja por fatores de influência global como o meio ambiente e busca por energias renováveis, seja por pressões de setores sociais ou do próprio governo aos ditames dos exportadores.

Concernente a isso, seria interessante uma análise dos elementos responsáveis por essa mudança de eixos políticos e de diretrizes estatais, o que revelaria uma situação a mercê de agentes do cenário internacional. Como exemplo disto, tomaremos a Federação da Rússia, na figura da estatal Gazprom, como foco de estudo para entender as possíveis causas de uma influência no setor energético europeu quanto ao gás natural (GN).

O tempo necessário para a agora Federação da Rússia se readaptar ao cenário internacional, formulando uma política externa Pós-Guerra Fria, encontra um novo debate, no qual sua participação é crucial na interpretação de paradigmas anteriormente determinantes na posição dos Estados nas Relações Internacionais.

De certo modo, novos fatos estavam se sobrepondo aos antigos, causando uma continuidade da visão de sistema socialista de produção como, a criação identitária da “Nova Rússia”, amadurecida pela experiência de ser um cerne no contexto mundial.

Ao incitarmos as “Forças Profundas”, conceito de Pierre Renovin e Jean Baptiste Duroselle, estaríamos apenas nos acomodando em não contestar as razões pelos quais os fatos ocorreram, por se presumir que os mesmos foram movidos por situações além da “monocausalidade” (CASTRO,2005).

A derrocada do Sistema Soviético se construía no horizonte do oeste. O Governo de Moscou precisaria manter ao menos o país sede do regime para que até este não se fragmentasse. A doutrina socialista do governo soviético possuía uma alta solidificação burocrática de seus organismos internos, servindo como base para a nova adoção de uma política pós-guerra.

Com relação às fontes energéticas, o potencial fornecedor da Federação da Rússia, fora sentido quando esta ainda integrava a União Soviética na Guerra Fria. O

sistema soviético, através dos países subordinados a Moscou respondia por grande volume energético sobre uma administração que, se findava no mercado com influência nas *commodities* energéticas.

Mas, como o contexto internacional da segunda metade do século XX permitiu a justaposição de Estados soberanos à Rússia, no tocante à política energética?

Ao lembrarmos o sentimento ideológico nos *soviétes* do leste Europeu poderia passar despercebida uma razão muito sutil, do ponto de vista estratégico, para o fortalecimento da tomada de decisões: a transposição desse sentimento e sua projeção como “Nação”.

Correlato à criação do critério de nação, veremos que a construção de uma nova identidade é frágil, recorrendo esta às já existentes com a finalidade de implantar elementos de coesividade do povo em questão. Embora possa este processo se desencadear numa subidentidade, esta ainda assim levaria o ideal de um novo povo, renovado e preparado para as questões deste novo *locus* nacional. Tomamos exemplos em que a própria mudança de regimes como o Soviético, nos países por ele empreendidos, encontrara respaldo na iminência de identidades antigas geminadas no regime imposto.

Quando o termo justaposição aparece em destaque inflama a idéia de que não ocorreu uma “simbiose” de pensamento, política ou governos entre Moscou e os países satélites. A justaposição ressalta apenas o fenômeno cronológico do “Poder Internacional” (CASTRO, 2005).

Diante dos fatos apresentados, poderíamos supor que a entrada das políticas da Rússia através da veia soviética foi ocasionada pelo reconhecimento, de parte dos satélites, de uma política de segurança que se deu, não no âmbito estatal, mas ideológico. As políticas eram elaboradas para a regulação do sistema como um todo, sendo encaradas deste modo pelos países satélites da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Assim, a política energética foi estabelecida com moldes a representar, na unidade, todas as regiões ocupadas pela URSS e servir como veículo de estratégia nos mercados do oeste Europeu e nordeste asiático.

A derrocada do regime soviético proporcionou a captação do potencial energético do leste europeu num só país: A Rússia.

Não foi uma tarefa fácil. A questão energética era uma das questões enfrentadas por aquele governo com *status* de “novo”. Os primeiros anos do Pós-Guerra Fria castigaram todas as novas e precipitadas idéias russas de gerenciar um território

confuso com os eventos que seguiram nessa metade do Século XX. Pairava sobre os capitalistas e outros o temor da visão de uma Rússia ainda socialista e não mais arcaica. Como reconstruir o comércio com o Ocidente e sanar a antipatia com os ex-satélites, agora CEI (Comunidade dos Estados Independentes)?

O nosso olhar para com a Rússia ainda nos prendia ao que ela fora; o futuro das relações comerciais, encontros políticos e demais assuntos dependiam apenas do tempo de reação da “Potência Vermelha”.

Ao remontar à questão identitária de sua política externa, a Rússia soube manejar os seus recursos através de um gerenciamento arriscado, mas, antes planejado. Com a queda do regime soviético, o governo de Moscou, com relação às fontes energéticas, se apressou para burocratizar sua exploração de gás e petróleo e voltar novamente ao mercado com força de pólo de influência. O aumento do preço do barril do petróleo na década de 90 amenizou o restabelecimento da Rússia como potência de mercado.

Mas, ao perceber estrategicamente que poucos países possuíam reservas consideráveis de gás natural, o governo de Moscou empreendeu uma política pesada com relação à captação de parceiros e distribuição da matriz energética ao redor da sua antiga área de influência. A nova situação da Rússia interessou e acalmou muitos potenciais parceiros em receber os grandes estoques de gás oriundos do leste Europeu. Aos poucos, países europeus como Alemanha e Itália demonstraram fragilidades quanto a esse fator, devido à falta de recursos energéticos em seus territórios ou mesmo, pelo ineficaz gerenciamento deles.

Aproveitando essa “política de retorno” o governo de Moscou empreendeu uma série de programas na área do gás natural como a criação de uma empresa no seio do antigo ministério do gás — a Gazprom — como também a criação de várias subsidiárias ao redor da sua área de influência para processamento dos produtos, distribuição e captação desses recursos em países nos quais foram firmados acordos.

A Guerra Fria, além de esgotar os pensamentos de um Mundo dividido, também esgotara grande parte dos recursos dos países com a empreitada de conduzir a bandeira capitalista. A falta de controle do mercado de parte desses países desenvolvidos provocaria sérias mudanças no cenário energético, com a emergência de atores do Oriente Médio e a Rússia, na posição de influenciadores dessas *commodities*. Delineava-se não só um panorama energético nas Relações Internacionais, como também um novo cenário internacional, mais sinuoso e repleto de *vácuos de poder*.

O trabalho em destaque estudará o fenômeno de interação entre os Estados, particularmente os euro-asiáticos no que diz respeito à detenção e comércio de sua fonte energética combustível, o gás natural. O estudo focará o ambiente da eclosão do conflito envolvendo a Rússia e a Geórgia (em 2008) para explicar como a questão energética foi introjetada na política externa desses países. Para isso, o estudo disponibilizará do recorte temporal que compreende a origem da estatal energética da Rússia — a GAZPROM — até a deflagração da contenda russo-georgiana. Analisando o papel dos principais atores do cenário internacional *mesossistêmico*, correspondente a Federação da Rússia, através de sua estatal energética, seus parceiros econômicos Alemanha e Itália, tal como os países da CEI (comunidade dos estados Independentes) se demonstrará como a detenção de fontes energéticas requisitadas como o gás natural pode contribuir para a instauração de um regime de dependência. O desenvolver do trabalho pretende elaborar também os possíveis cenários da evolução energética da Europa, trazendo à tona os temores, a exemplo da implementação de um cartel do gás pelas potências produtora, dada a herança europeia de quebra de seus monopólios energéticos estatais e o mau gerenciamento de suas políticas voltadas ao sector.

# Capítulo I

## As Origens da Dependência

---

### 1.1 O balanço das fontes energéticas da Europa

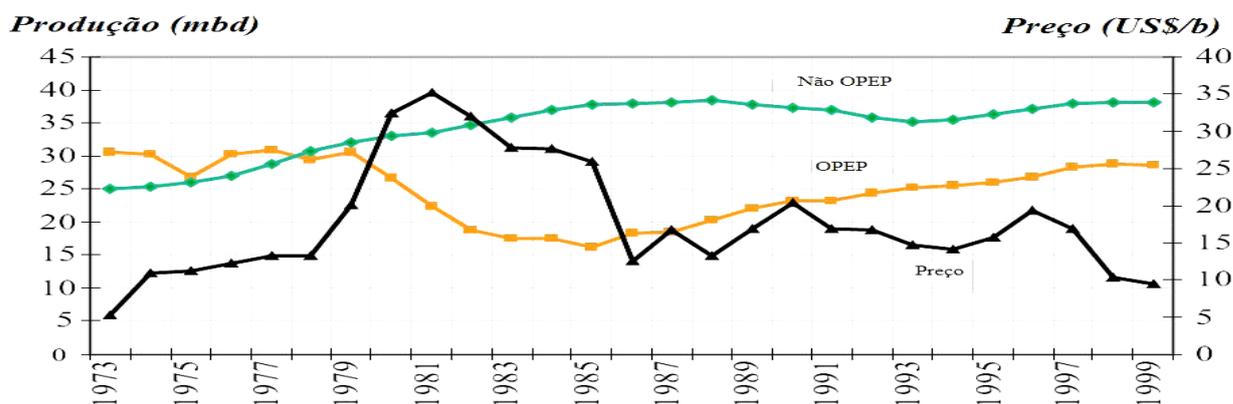
---

A busca por outras fontes de energia, embora já iniciada na primeira etapa da Segunda Grande Guerra, ainda não representava o principal interesse dos governantes da época. O petróleo, força motriz das economias contemporâneas, era a *commodity* que possuía ampla aceitação dos mercados e era objeto de troca rápida, um dos elementos que mantiveram o mercado da guerra aquecido. Procurava-se pela construção de um horizonte de fontes alternativas à dependência fóssil do petróleo, que demonstraria instabilidades com as crises na sua cotação.

Países da Europa como a França, dispunham de tecnologia nuclear para produção de energia em contraposição à complexa infra-estrutura de reforçar a geração de energia hidroelétrica. Os reflexos da 3ª Revolução industrial impulsionavam os Estados a recorrerem aos combustíveis fósseis pelo rápido manuseio de mercado e detentores de garantias de comercialização.

O gráfico seguinte descreve um recorte do crescimento da produção petrolífera, desde o início da década de 1970 até o final dos anos 1990. Percebemos uma produção acelerada, visando atender a demanda do mercado crescente, em detrimento de uma instabilidade no preço da *commodity*. A presença do termo *OPEP* (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) já fazia alusão à Organização que surgiu com o intuito de padronizar o fornecimento e controlar os preços do combustível fóssil, evitando sua desvalorização. A estabilização do mercado futuro de ações do petróleo proporcionou uma deflação no preço da commodity e renegociação de antigos acordos, conduzida pela perda de poder deliberativo da OPEP no início da década de 80.

A evolução do petróleo, descrita na figura posterior, enriquece a uma garantia da continuidade de comércio que os combustíveis fósseis apresentam e sua ligação intrínseca com o aquecimento do mercado mundial contemporâneo.

**Figura 1 - Evolução da Produção Mundial de Petróleo**

Fonte: Fonte: Alhajji (2001, apud MATHIAS, 2008)<sup>1</sup>.

O gás natural, embora derivado do petróleo, era uma fonte de energia considerada onerosa e ainda pouco utilizada pelos países, pois o conhecimento de seu emprego na indústria era restrito. Já entrava no mercado com concorrentes similares como os gases oriundos da produção de ferro gusa (ligas de ferro e carbono para fundição ou fabricação de aço), o gás hulha do carvão e o gás de coque (subproduto do carvão siderúrgico). Os Estados Unidos foram os pioneiros a se utilizarem desta fonte energética — no início do século XIX — para fins de iluminação, segundo Correlgé (2004).

No continente europeu o gás natural fora descoberto pelo Reino da Grã-Bretanha em 1659, sendo comercializado domesticamente em 1790 (LEAL, 2007) embora os primeiros países a se utilizarem desta fonte energética de modo a internacionalizá-la foram a Holanda e a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) na década de 1950.

A internacionalização não era uma saída fácil à consolidação da balança de pagamentos desses países. O gás representara um investimento de risco, pois se compreendia que sua implantação num mercado instável da Guerra-Fria caracterizava uma utopia, sem contar que, os custos do petróleo eram mais baixos para este derivativo. Os Estados detentores de algum tipo de tecnologia para seu processo de produção a executavam de modo precário devido à grande necessidade de investimento. Do processamento desse combustível vieram as descobertas de diferenciações na sua utilização. O Gás Natural (GN), na sua forma *in natura* combina compostos de diversos hidrocarbonetos fósseis, dentre os quais se faz presente na

<sup>1</sup> Produção mundial de petróleo OPEP e não OPEP nas décadas de 1970 a 1990.

maioria o metano (CH<sub>4</sub>). O butano e o propano do GN, sob processamento, desencadeiam o gás denominado GNL (gás natural liquefeito).

Far-se-á uso de algumas definições a respeito do gás:

**Gás Natural (GN)**

Gás combustível rico em metano que provém de jazigos naturais. Nele existem, em quantidades variáveis, hidrocarbonetos mais pesados que se liquefazem à pressão atmosférica, bem como vapor de água; podem também conter compostos de enxofre, tais como hidrogênio sulfurado e outros gases não hidrocarbonatos, quais sejam o gás carbônico, o azoto ou o hélio.

**Líquidos do Gás Natural (LGN)**

Componentes existentes no gás natural que são retirados no estado líquido em separadores e instalações de tratamento de gás. Os líquidos do gás natural incluem (mas não se limitam a): etano, propano, butano, pentano, gasolina natural e condensados; podem também conter, em pequenas quantidades, produtos que não são hidrocarbonetos.

**Condensados**

Hidrocarbonetos que se encontram no estado gasoso em reservatório, mas que se tornam líquidos em condições normais à superfície. Trata-se essencialmente de pentano e produtos mais pesados. Líquidos do gás natural e condensados são frequentemente, usados como sinônimos.

**Gás Natural Liquefeito<sup>2</sup> (GNL)**

Gás natural constituído principalmente por metano e etano e que, geralmente para facilitar o seu transporte, foi liquefeito pelo abaixamento da sua temperatura.

Fonte: citações do *Guia Didático da Energia*, (Lisboa: Direção-Geral de Energia, 1991), pág. 82 e 89. (citação feita por Mathias, 2008).

Contudo, o GN é o mais difundido e procurado pelos Estados, pois é aberto a vários ramos de utilização.

O combustível derivativo do GN, o gás natural liquefeito, apresenta particularidade quanto à alocação e distribuição. O GNL é distribuído por meio de navios tanque para

<sup>2</sup> O GNL, abreviatura para o gás natural liquefeito, é um derivativo do gás natural de crescente uso como fonte energética, pois sua densidade facilita o transporte e supre, de maneira razoável, a demanda energética de combustíveis substitutos do gás natural. Os países importadores desse tipo de produto ou visam atender a uma demanda específica de energia ou, por razões de impossibilidade da logística de gasodutos, recorrem ao sistema de transporte oceânico. Navios metaneiros comportam os volumes de GNL sobre uma pressão de 230kgf/cm<sup>2</sup>, e à temperatura ambiente, em depósitos criogênicos.

longas distâncias oceânicas (intercontinentais) e trens criogênicos para percursos de médio e longo alcance (interestatais). Os Principais fornecedores de GNL mundiais são os EUA e países da África como Argélia e Líbia.

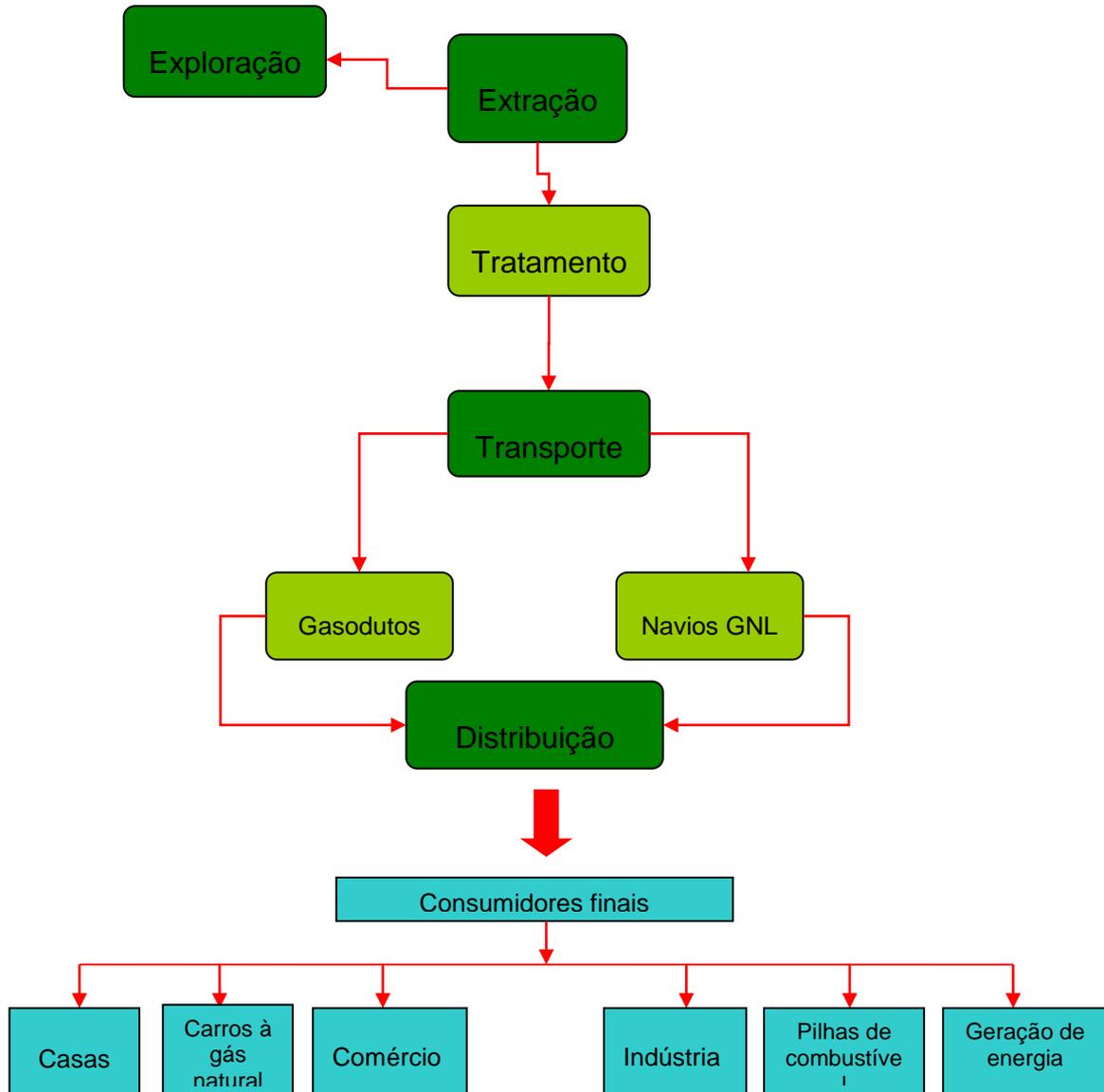
Para o estudo do caso russo, cabe salientar que, a princípio, a Federação da Rússia não apresentava interesses em comercializar o GNL, apesar de possuir parcialmente a tecnologia para o processamento do gás natural liquefeito. Isto em razão da Rússia possuir uma estratégia de demanda com a fonte do gás natural, por este se encontrar em maior abundância e oferecer os principais elementos para o governo de Moscou manter os importadores ligados à sua fonte energética (elementos abordados na tabela 2 do segundo capítulo).

Antes de chegar aos consumidores finais, o gás natural envolve um processo complexo e custoso aos seus idealizadores. A princípio o gás concebia apenas o processo EXPLORAÇÃO → EXTRAÇÃO → TRANSPORTE → DISTRIBUIÇÃO.

Os Estados eram os conhecidos consumidores finais e a demanda de mercado era realizada a nível doméstico. Apenas a máquina pública poderia amortecer os prejuízos do investimento na fonte energética e projetar sua venda a nível externo. Dentre os consumidores finais, a geração de energia correspondia às maiores participações na importação do “combustível azul”.

Mais tarde, houve uma estruturação na produção com o advento de empresas privadas do modelo de liberalização (abordado posteriormente). Novos destinatários do gás foram surgindo e seu ramo de diversificação fora corroborando sua importância no novo cenário energético mundial. Para fins de estrutura da cadeia do gás natural, este comporta o seguinte processo, desde sua captação a sua distribuição conforme demonstra a figura 2.

**Figura 2 - Cadeia do Gás Natural**



Fonte adaptada: Secretariado da UNCTAD, 2005.

## 1.2 O contexto histórico de criação da estatal russa Gazprom

---

A política externa da URSS se tornara insustentável ao longo da pressão capitalista. A derrocada do regime soviético de Moscou parecia iminente. Os arranjos políticos empreendidos por Gorbachev possibilitaram uma nova visão política para as ações diplomáticas da Rússia. A “abertura” política, defendida por muitos estudiosos,

como maneira de aproximação ao ocidente, representaria, além disto, uma “bifurcação” da política moscovita. Os adeptos de uma aproximação com o ocidente estavam mais preocupados no modelo de liberalização capitalista e de como incorporá-lo à realidade da União Soviética. Já os remanescentes da política militar, previam o enfraquecimento do poder soberano do país com tais políticas e poria em risco as estratégias de recuperação do domínio moscovita na região. O que se sucedeu fora o desencontro de políticas do governo Gorbachev pela razão deste querer abarcar interesses distintos dos seus setores governamentais. Seguidas “revoluções” dos países satélites dentro da própria Revolução Socialista a minaram, fragmentando as políticas do governo soviético a médio e longo prazo. Desnorteado, mas consciente do que estaria por vir, o governo socialista soviético implementou uma política ainda obscura de análise, mas que proporcionou a passagem hierárquica da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) para o país sede do regime: a Rússia.

Um dos passos cruciais para o governo Gorbachev (1985-1991) seria a passagem do patrimônio soviético para Moscou. A quem caberia o gerenciamento dos recursos naturais tão importantes para a hegemonia da antiga URSS na região. A questão energética da “Nova Rússia” seria abordada como de Segurança Nacional.

A despeito do gás natural, esse ainda representava uma fonte nova no cenário e mercado internacionais. O mundo se acostumara a gerar energia a partir do carvão mineral e petróleo e, no menos usual, a energia nuclear (ainda custosa) que teve seu auge na bipolarização, mas que recuava gradativamente.

. Esse ambiente propício aos investimentos em petróleo (embora o gás ainda tivesse um preço baixo no mercado) foi uma das razões que mantiveram o funcionamento econômico da Rússia, ainda tida como agrária e exportadora de produtos primários.

O governo russo Pós-Guerra Fria estava muito ocupado em desagregar sua política soviética de âmbito regional para local, ainda que existisse resistência do meio militar para dissociar a política governamental de defesa do subcontinente. Quando Nunes (2004) menciona Gorst (2004) ressalta a adoção da estratégia do complexo Poder Natural para suprir a característica do Poder Bélico Militar. Tal refúgio era arriscado já que a mudança do *Hard Power* para o *Soft Power* fora incrustada de um poder potencial em detrimento do latente na antiga URSS.

Era importante para o desenvolvimento da nação a continuidade de projetos de parcerias de pós-venda e acordos com os agora ex-satélites. A criação da empresa de

gerenciamento do GN (gás natural) fora um grande trunfo do governo. A inoperância do Ministério da Indústria do Gás da Rússia colocara em risco a detenção da exploração dos recursos naturais energéticos fora e dentro do país e a perda de parcerias antigas como as da Alemanha e Itália (década de 50). A *simbiose* do Ministério do gás com a nova Empresa (GAZPROM) uniu os interesses econômicos e políticos do Kremlin e facilitou a transição gradativa do capital das operações.

No entanto, o governo Yéltsin, no começo da década de 90, não respondera bem aos planejamentos de interesses políticos. Tornava-se, cada vez mais forte a pressão da iniciativa privada em penetrar nos setores, antes, governamentais. As dificuldades em arcar com a dívida gerada pela gigante URSS levaram às privatizações e concessões dos recursos naturais ao gerenciamento do *lobbie* privado. Enquanto as concessões e custos reduziram a busca pelas fontes nucleares e forçaram o alargamento de fontes já existentes através da produção de derivados, o mercado enfrentava uma oscilação brusca nos preços das *commodities*, gerada pelos impactos da alta do petróleo desde a década de 1970. Não era uma medida impensada do governo Yeltsin; visava dar uma guinada na economia russa, tomada pela recessão e dívida externa alta. Entretanto, isso inviabilizava o plano estratégico de governo de ter uma grande participação na política energética do país.

Criada por um decreto governamental de 1992, um dos papéis da nova empresa — RAO (Russian Joint Stock Company) GAZPROM — seria a busca de parcerias com as corporações envolvidas no processo de exploração das matrizes energéticas na Rússia.

É pertinente salientar que a parceria do Ministério de Energia com a Empresa também se deu na questão do petróleo. Gradativamente, o preço do produto primário fora ganhando novamente destaque no mercado internacional, levando consigo a atenção dos seus derivados como o GNL. A Rússia possuía uma ferramenta de grande potencial político da qual não poderia passar despercebida.

A fim de garantir a qualidade em todos os passos da cadeia do gás, a estatal russa atribuiu às subsidiárias a tarefa de administrarem cada etapa, desde a prospecção até a distribuição para os mercados. Assim, nasceram empresas como a GAZPROMNEFT, para a tarefa de exploração geológica das potenciais reservas de gás no território eslavo e, nos processos de refinamento do gás bruto, sobressaindo-se a participação da subsidiária Sibur Holding's.

Em relação a este assunto lembramos a crítica elaborada por William Tompson (2005)<sup>3</sup> que, em seu trabalho sobre implicações da política de base econômica da Rússia, concebe a política interna e externa do país como projeção de suas principais relações comerciais. Para Tompson, a *potência eslava* (Rússia) responde ao cenário internacional atrelada ao seu “patrimônio de hidrocarbonetos”.

Como destaca Segrillo (2008), em seus estudos sobre a posição do “*urso eslavo*” (Rússia) no contexto mundial, os anos que corresponderam ao governo Yeltsin foram de grande provação à economia “soviética”. O desejo de se adequar ao mercado capitalista e de guinar a economia russa por horizontes ocidentais levou Yeltsin a empreender um processo de liberalização da máquina estatal, o que provocou um efeito “agonizante” da mesma. Ignorando o prazo espontâneo de restabelecimento desta nova nação, a Rússia enfrentou bruscas oscilações econômicas e a quebra de sua defesa financeira natural — sua política introativa.

Os reincidentes déficits do sistema financeiro russo indicavam a importância de uma base de capital para custear a recuperação dos anos sofridos de Guerra Fria. Daí, a procura por uma matriz econômica que representasse o impulso russo no cenário macroeconômico externo.

A tendência mundial de utilização dos combustíveis fósseis representou a saída vislumbrada por Moscou para dar uma guinada na sua política econômica. Enquanto isso, a situação das exportações de petróleo de gás (desde a década de 40) não era vista de modo atrativo, reputado seus déficits e impossibilidades de investimentos no setor em curto prazo. Contudo, a participação longa no mercado e a credibilidade de distribuição aos seus parceiros (ainda que regular) possibilitaram ao Kremlin solidificar a atuação de sua estatal de gás — GAZPROM — no mercado externo.

Outra tarefa do governo Yeltsin seria o gerenciamento do lucro da empresa sobre a participação estatal de relativa influência — cerca de quarenta e um por cento — já que, como fruto das privatizações do começo da *era de transição*, estas infectaram o setor de energia e o direcionaram às mãos da iniciativa privada. O preço do gás natural não seguia diretamente as cotações da *commodity* primária, o petróleo. O modelo de cotação do GN foi elaborado de acordo com a atuação de fontes energéticas similares

---

<sup>3</sup>Economista sênior do departamento de economia da OCDE (Organização para cooperação e desenvolvimento econômico).

e substitutivas (netback pricing<sup>4</sup>), exonerando parte da responsabilidade do “ouro negro” de influenciar os preços do gás.

De certa maneira a inexistente regulação do setor pela autoridade estatal também condicionava um ambiente propício às abruptas oscilações na cotação do gás. Dentre as variáveis que pesavam sobre a valoração do hidrocarboneto, estavam os custos finais de transporte e investimentos em infra-estrutura.

A política liberalizante do governo Yeltsin, como ressalta Segrillo (2008) desencadeou uma dispersão na emanção de poder da esfera pública como também uma notada perda de influência junto ao antigo mercado externo russo — países da CEI (Comunidade dos Estados Independentes) — fator preponderante no regime de *dualização* de preços no comércio.

Entretanto, o consumo interno russo prolongou a resistência do setor energético, já fragilizado pela perda de projeção no cenário econômico mundial. Tal resistência garantiu, mais tarde, a junção da questão energética da Rússia às concepções de segurança nacional, estas, adventos do governo Putin.

### 1.3 A Origem das Parcerias

---

Concernente ao estudo de Leal (2007), a Europa já analisava sua produção com a capacidade de oferta do GN em seu território. Os fatos desanimadores comprovavam a escassa detenção de campos de baixo porte nos países da Europa ocidental. Em apenas alguns Estados como Noruega, Holanda e Reino Unido existiam provisões (reservas) para se manterem e exportarem parte para os outros países do continente. Contudo, é certa a percepção do dilema de segurança energética europeia com o esgotamento das reservas nesses países nas próximas décadas (NUNES, 2007).

Duas autoras, Leal (2007) e Mathias (2008) convergem quanto à temática de instauração do comércio de gás na Europa. A internacionalização da indústria de gás russo, junto às primeiras exportações intra-européias, desenvolveu um setor de serviço para o GN, baseado numa logística de execução nas etapas finais do processo de

---

<sup>4</sup> Netback pricing é o sistema de valoração atrelado ao gás natural, no qual o valor real da fonte energética se define a partir da cotação de uma matéria-prima concorrente, seja similar ou complementar. No início da adoção do GNL, poderíamos conceber o gás natural como um substitutivo provável.

comercialização da matriz energética em questão. Logo, países como Alemanha e Bélgica se especializaram no transporte e distribuição (logística) do gás pelos países e mercados receptores.

Cabe ressaltar que, a princípio, devido à precária rede de gasodutos e ao pouco recurso de uma rede continental, os Estados exportadores realizavam o comércio fronteiriço, ou seja, a matéria-prima era levada até as localidades de aduana dos importadores que se incumbiam da distribuição.

Só foi concebida a projeção de *pipelines* (gasodutos) entre Estados após a estabilidade nos preços do gás e a garantia de retorno de investimentos em longo prazo. Foi com a distribuição do sistema de gasodutos na Europa que se implantou a indústria de geração de energia elétrica a partir do gás natural.

Nos anos do governo Yeltsin, as parcerias entre Alemanha e Itália se consolidaram rapidamente. Para fins de política externa, tanto a Alemanha quanto a Itália produziam GN e tinham parceiros diversificados como a Holanda e a Noruega. Entretanto, como fora explicitado anteriormente, na Europa germinava o dilema da segurança energética frente às reservas do continente, cada vez mais escassas.

A parceria ítalo-germânica com a Federação da Rússia fora uma maneira de garantir o suprimento do combustível fóssil que tanto servia para alimentar a indústria crescente e amenizar o frio europeu, através do processo de calefação (aquecimento dos espaços internos). Ao menos, a provisão de matéria-prima energética do “urso vermelho” garantiria o desenvolvimento do comércio e aperfeiçoamento dos mecanismos de distribuição do produto para as CCCGN (Centrais de Ciclo Combinado a Gás Natural). Atualmente, segundo estudos da comercialização energética do gás, mais de um terço das residências alemãs possuem o aquecimento por “combustível azul” (gás).

Como nos lembra Mathias (2008), a consolidação da parceria russa com grandes potências do Velho Mundo, proporcionou à RAO GAZPROM um sistema de regionalismo com os países da CEI (Comunidade dos Estados Independentes) que se configurou na passagem dos gasodutos em direção ao ocidente. A “versatilidade” do fornecimento central à Europa e venda paralela aos países da Antiga URSS, alargava o campo de influência da Rússia, impondo aos países da CEI, parcerias com o Kremlin. Sem qualquer planejamento energético, em longo prazo, aos países ex-satélites restava a manutenção do comércio com a antiga “metrópole”. Foi nesses países que encontramos os maiores índices de dependência à fonte energética externa.

Do modo como o analisa Adam (2007), a construção identitária recente destes Estados (CEI) absorvia características históricas e externas. Por estarem sujeitos ao poderio de Moscou desde cedo, os países da CEI (exceção do Cazaquistão e países mulçumanos) “introjetaram” os costumes da Rússia e continuaram apresentando necessidades de proteção ao período da Guerra-Fria, como no caso da Bielo-Rússia, que por várias vezes procurou sua unificação à “potência vermelha”. O proveito dos contratos antigos facilitou a negociação de Moscou com os membros da comunidade e, ao mesmo tempo, anexou as fracas políticas energéticas destes ao seu planejamento de regionalização da polaridade eslava.

Vilemas (2004) atribui essa fragilidade dos ex-satélites ao modelo democrático jovem e à reduzida autogovernança, bombardeados frequentemente pela emanção do poder moscovita, ocasionando o desenvolvimento de uma política débil e insolvente aos ditames do Kremlin. Contudo ressalta que a política russa na CEI distinguiu-se entre os países bálticos, que experimentaram uma política mais agressiva, e aqueles da região do Cáspio, detentores de recursos suficientes que promoveram vínculos de parceria tecnológica.

A crise de 1998 fora um reflexo do desenvolvimento da economia russa a partir do plano Yeltsin de liberalização econômica. A política monetária interna encontrava-se sob uma desorganização generalizada e os níveis da dívida externa estavam em patamares elevados, o que condicionou a tomada de decisão do Kremlin de negociar suas dívidas em moeda local.

A reação do mercado financeiro foi devastadora: a fuga de capitais empreendida nos mercados emergentes contrabalançou os preços dos produtos primários e forçou o aumento das taxas de juros, tornando os preços dos produtos de exportação menos competitivos.

Voltando ao início da crise da Rússia, esta viu a economia não-monetária e informal crescer acentuadamente. Com os setores da economia contaminados pela baixa credibilidade e escassez do crédito, o mercado informal tomou espaço e impulsionou o crescimento interno do país, o que possibilitou o tempo considerável para o planejamento de uma nova política monetária. Contudo, a recuperação só foi possível graças ao aumento do preço do barril do petróleo, que estimulou as exportações russas e uma volta ao mercado.

Com a crise de 1998 e a negociação em rublos, a Rússia desarmou sua defesa cambial e se viu a mercê do dólar estadunidense. A fragilidade da escassez do crédito

impossibilitou temporariamente ao governo de Moscou procurar novos mercados e investir nos existentes. Assim, o atrelamento do PIB à valoração do petróleo representou uma dicotomia; ao passo que o preço do barril aumentava, o produto interno bruto russo aumentava proporcionalmente, e, era inegável não conceber que a Rússia também tirasse proveito dessa situação.

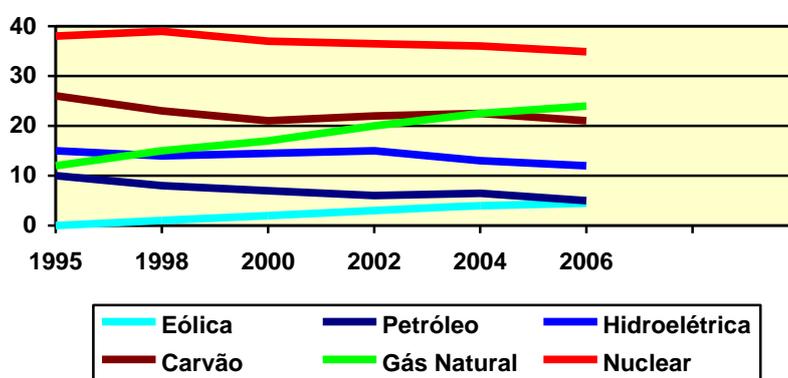
O efeito da economia baseada em fontes primárias é bem explicitado no exemplo russo. O PIB (Produto Interno Bruto) da Rússia é diretamente proporcional ao aumento do barril devido a uma série de fatores.

Analisando informações acerca do fato, não é impossível trazer a concepção de que a negociação da dívida externa em rublos fora uma estratégia de alavancar seu PIB, já que essa notícia faria com que o preço do petróleo subisse bruscamente.

As diversas acusações referentes à adoção dessa política anteriormente descrita e pelas quais a Rússia foi penalizada, não estão erradas, mas há quem acredite num processo de adaptação forçada da economia eslava ao ambiente macroeconômico das *commodities*. Ao contaminar o mercado financeiro mundial, Moscou ocasionou um efeito contrário no mercado petrolífero, no sentido de resguardar o país produtor dos bens, em detrimento dos grandes consumidores, estes também credores da dívida externa russa.

**Figura 3 - Fontes energéticas utilizadas para produção de energia na União Européia**

Porcentagem



Adaptação da fonte: Eurostat, 2008.

A figura anterior demonstra a situação de uso das energias conhecidas na Europa e serve como um indicador da tendência do GN de tomar espaço no mercado, bem

como da recuperação (no final do Governo Yeltsin) da economia da Rússia por intermédio dessas fontes de energia.

No tocante ao aumento das exportações russas de hidrocarbonetos, a Europa vinha demonstrando serias preocupações quanto ao respeito aos contratos de longo prazo e de segurança no abastecimento. Moscou se posicionou indiferente, mas receosa das diretivas da União Européia, que planejavam um cenário futuro de estabilidade energética na Europa. Em 1992 (mesmo ano do decreto de criação da estatal gasífera russa) os países do Velho Mundo discutiram sobre a possibilidade de estarem sujeitos a fornecedores externos e a situações diferentes da homogeneidade da Europa.

Dentre os temas propostos na Diretiva estavam:

- A liberalização do setor junto à criação de um mercado operacional;
- Dilemas de segurança e abastecimento;
- Desmembramentos de monopólios históricos;
- Garantias de contratos em longo prazo e sistemas Take or Pay<sup>5</sup>.

Para pôr em prática essas metas, os Estados deveriam sair da situação de *construtores* de mercados e processos para absorção, para *facilitadores* do comércio de gás em seus territórios, para assim, atraírem concorrência e diversificarem os fornecedores (Leal, 2007).

O panorama de procura do gás natural não foi bem aproveitado na década de 1990 por Moscou. A política externa de “desprendimento” da concepção soviética não oferecia espaço para uma política econômica competitiva. Assim, conforme estudos de Segrillo (2008) o Produto Interno Bruto da Rússia, soma de tudo o que é produzido no país durante um ano, apresentou, durante o decênio dos anos 90, valores negativos. A tabela a seguir exemplifica o exposto anteriormente.

**Tabela 1: Porcentagem do crescimento do PIB (anual) da Rússia de 1991 a 2006**

Ano	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06
%	-9	-19,4	-10,4	-11,6	-4,2	-3,4	0,9	-4,5	6,4	10,0	5,1	4,7	7,3	7,2	6,4	6,7

Fonte: World Economic Outlook, maio 2000 e abril, 2007.

<sup>5</sup> Take or Pay se define num contrato de comercialização no qual o importador concorda em cumprir o contrato de compra de certa quantidade de gás sem a garantia de que esse volume chegará ao destino final com a mesma quantidade do exposto no acordo. O respectivo contrato é elaborado segundo dois critérios: o preço básico constante e o preço do gás de formas de energia substitutivas e similares.

O crescimento vertiginoso notado na passagem do ano de 1999 a 2000 retrata a entrada da Política Putin na Federação da Rússia junto com uma reação positiva do mercado de que a alternância da economia eslava poderia trazer alguma segurança ao mercado investidor. Conseqüentemente, o Mercado sentiu-se mais aberto em comercializar com Moscou, alavancando os crescimentos trimestrais das Balanças de pagamentos e do Produto interno bruto da Rússia.

Para efeito dos estudos de Segrillo (2008) sobre a posição da Rússia num novo contexto mundial, o uso do termo *real politik* só fora incorporado, em sua essência, pela gestão Putin.

O mandato Vladimir Putin correspondia a um novo conceito do que seria a identidade russa. A herança do antigo presidente fragmentava as ainda existentes instituições estatais. Coube a Putin restabelecer a ordem no gerenciamento da máquina pública e a centralização do poder, segundo Segrillo (2008) e Vasco (2008).

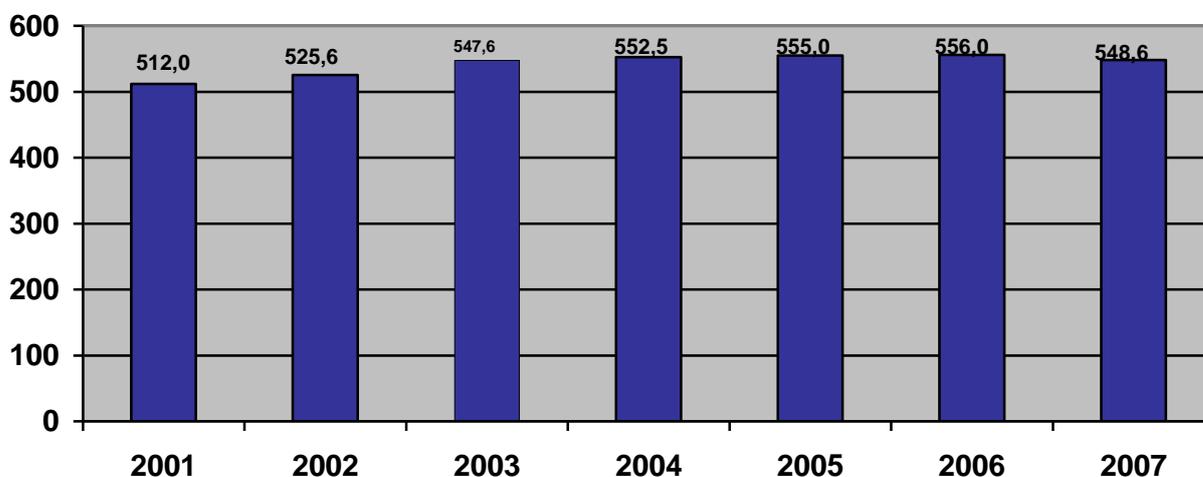
A liberalização defendida na década de 1990 deu lugar a uma política pragmática e objetivada no fortalecimento dos elementos de segurança nacional. Como principal planejamento desse novo governo, estaria o resgate dos patrimônios estatais concedidos à iniciativa privada e ao liberalismo capitalista.

Foi com o advento presidencialista de Putin e o modelo de planejamento estatal que se viabilizou a retomada de crescimento das indústrias e o respectivo controle estatal da esfera energética. Não foi uma tarefa fácil já que as oligarquias e a máfia estabeleciam grande influência nas esferas políticas.

Segundo Nunes (2004) o caso Yukos representou um desafio ao gerenciamento energético na Rússia. A influência do governo nas empresas privadas do setor respondia por um fluxo de interdependência complexa que poderia ter correspondido positivamente, caso o ambiente político da Rússia não sofresse o ataque dos *lobbies* de energia.

Ao “reestatizar” as empresas estatais, Moscou proporia uma nova dinâmica baseada na ação do Estado no mercado, fugindo de critérios conservadores.

No plano político, o governo procurou diversificar as exportações para aumentar o intercâmbio de mercado do gás russo. A renegociação da Gazprom e a conseqüente reestatização alavancou o desenvolvimento estratégico da companhia inserindo-a no contexto de *player* do mercado de gás no Ocidente e CEI, aumentando a demanda de sua produção para a venda como mostra a figura 4.

**Figura 4****Produção de gás da Gazprom em bcm (bilhões de metros cúbicos)**

Fonte adaptada: OAO Gazprom anual report 2007.

O aumento da produção de gás influenciou o preço da matéria-prima no mercado financeiro e, sob a visão estratégica do governo, se manteve em patamares estáveis, evitando a grande oferta. Tendo em vista o favorável cenário para novos negócios, o Kremlin optou por dar execução a projetos de médio e longo prazo que visavam à perpetuação do fornecimento de gás e a consolidação do domínio das principais reservas mundiais pela agora OAO (Open Joint Stock Company) Gazprom.

Putin, de temperamento observador, encontrara caminho livre para centralizar o poder para o Estado, evitando os *lobbies* das empresas privadas e estrangeiras nos setores delicados da economia pública. De forma mais abrangente, a Agenda Nacional da Federação Russa de Putin caminhou com a missão de restabelecer a posição da nação entre as potências mundiais. Tal política de projeção reconhecia que seu modelo era insustentável caso não houvesse substituição dos Estados Unidos como principal pólo de poder. Por conseguinte, a importância do Estado eslavo no fornecimento de energia à Europa e Ásia influenciou no realinhamento da geopolítica dessas regiões, o que forçava a reconfiguração do papel estadunidense no contexto. (Rato, 2008).

O trabalho de Rato (2008) assevera que a construção de dependência nas regiões onde o mercado da Rússia é preponderante, é uma das estratégias de Moscou para garantir a polaridade de sua política externa em detrimento de uma *comodização* do cenário euro-asiático.

Sucessivos fatos envolvendo a “crise do gás” e a contenda entre Rússia e Ucrânia pela cotação dos preços da fonte, revelaram a gradativa dependência dos importadores da Europa ocidental e oriental. Um aspecto a ser bem trabalhado pela estratégia pragmática de Moscou na sua busca por ascensão mundial.

Segrillo (2008) e Vasco (2008) adotaram a mesma linha de pensamento no que se referia à política Putin que teve efeito notável na centralização do poder estatal, fragmentado por Yeltsin. O propósito de fortalecer as instituições estatais, restringindo a mobilidade das instituições democráticas (entregues à iniciativa privada) propiciou a entrada da máquina pública nos setores privatizados pela *politização*. Conforme a *real politik*, o *Kremlin* consolidava seu poder, “encorajando-se” de qualquer crise institucional que pudesse derrubar sua planificação estratégica. Ademais, é importante elucidar que a subdivisão da Gazprom em subsidiárias — que são muitas — atendia ao propósito do Governo de se aproximar dos processos de exportação do gás.

O Grupo Gazprom respondia pela exploração das reservas, produção e tratamento do GN (refinamento, gaseificação e liquefação), transporte e parceria na distribuição do gás aos mercados importadores (aspecto notadamente estratégico) por via de gasodutos. Essa distribuição sob *pipelines* (gasodutos) era um diferencial para a exportação de GN (gás natural) em detrimento dos custos de transporte do GNL (gás natural liquefeito) de seus concorrentes. Adotando uma posição referencial no continente, tanto europeu quanto asiático, a GAZPROM garantia a eficácia da transmissão de seu produto na região. Os obstáculos enfrentados pelos concorrentes eram de ordem específica e infra-estrutural. Era na relação de suas parcerias no estudo da distribuição da matriz combustível que ficaria clara a sujeição das potências importadoras ao mercado eslavo, haja vista sua posição estratégico-referencial de reservas e maturação no mercado de exportação do hidrocarboneto.

## Capítulo II

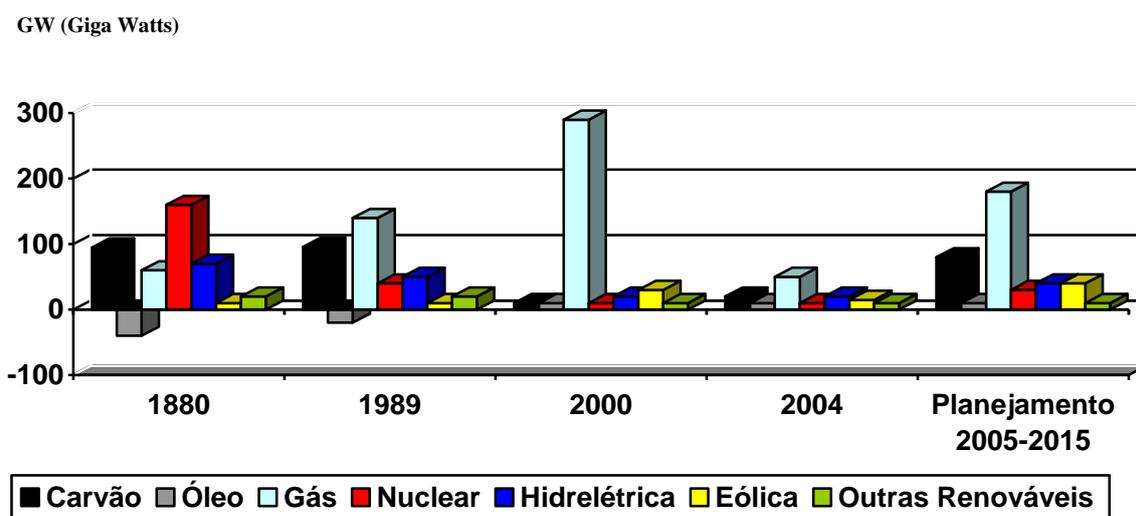
### A política do gás russo

#### 2.1 Energia russa atravessando a Europa

A perspectiva da manutenção do comércio de fontes energéticas é elaborada respeitando-se uma série de variáveis, cruciais para a abertura e consolidação de mercados. A Lei da oferta e da procura não pode ser considerada como principal consequência da mudança de fontes energéticas na evolução da civilização. A própria disseminação da Revolução Industrial, na geração de energia elétrica desse cenário, condiciona a mudança do perfil energético mundial (figura 5).

É pertinente compreender o contexto temporal da evolução energética como elemento coadjuvante. A menção à figura a seguir vem para reforçar a mudança no consumo e utilização das energias renováveis. O contexto da Revolução Industrial é crucial para o aquecimento dos fluxos energéticos e procura por novas fontes para garantir a demanda energética nos países desenvolvidos.

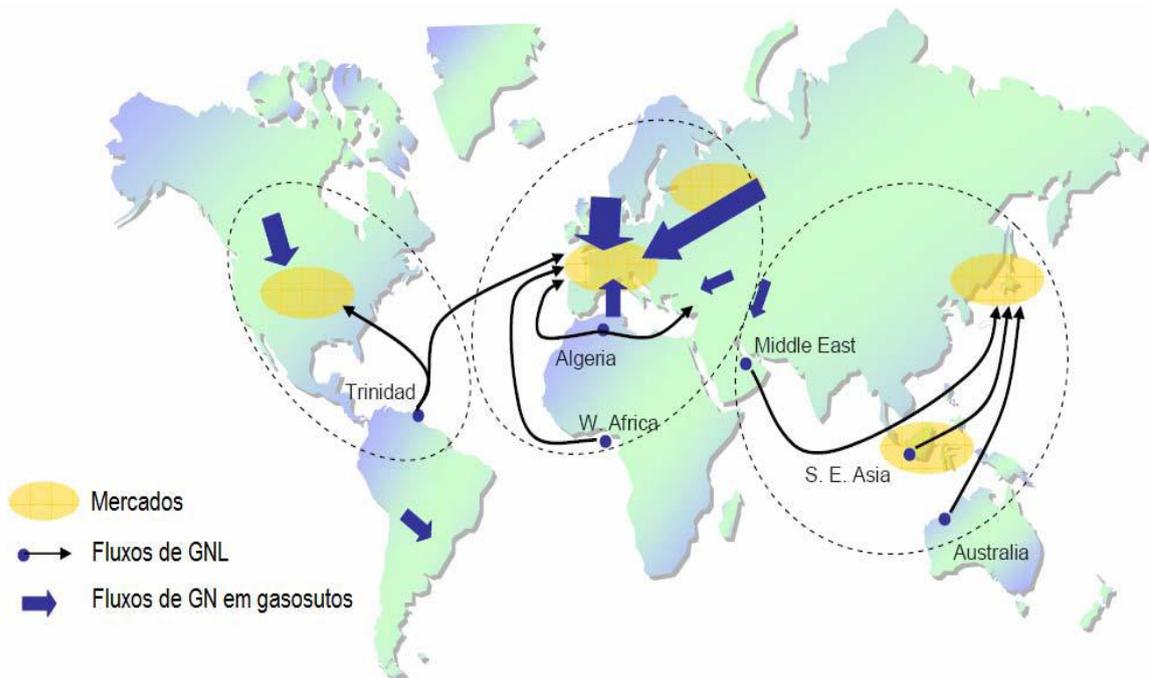
**Figura 5 - Evolução das oscilações líquidas na utilização das fontes para geração de eletricidade**



Fonte adaptada: IEA Statistics platts, 2005.

Em relação ao fluxo do gás, este atende às principais demandas regionais e segue tendências de incorporação do setor como *commodity* no sistema financeiro. O nível de demanda dos países correlaciona-se à aceitação desta fonte como meio comum de fluxo de capitais e investimentos, visualizado na figura a seguir.

**Figura 6**  
**Mercados do Gás Natural e Liquefeito**



Fonte: Mathias 2008 apud Kim, 2006.

Aprofundando na explanação das variáveis, estas respondem pela maturação da matéria-prima no ambiente de trocas. Como introduzido no capítulo anterior, a cotação do gás natural atrela variáveis de seu próprio processo de comercialização bem como o índice de cotação de seus concorrentes diretos e indiretos. Em outras palavras, o gás surge no ambiente de trocas como *commodity* própria e não derivativa, economicamente do petróleo.

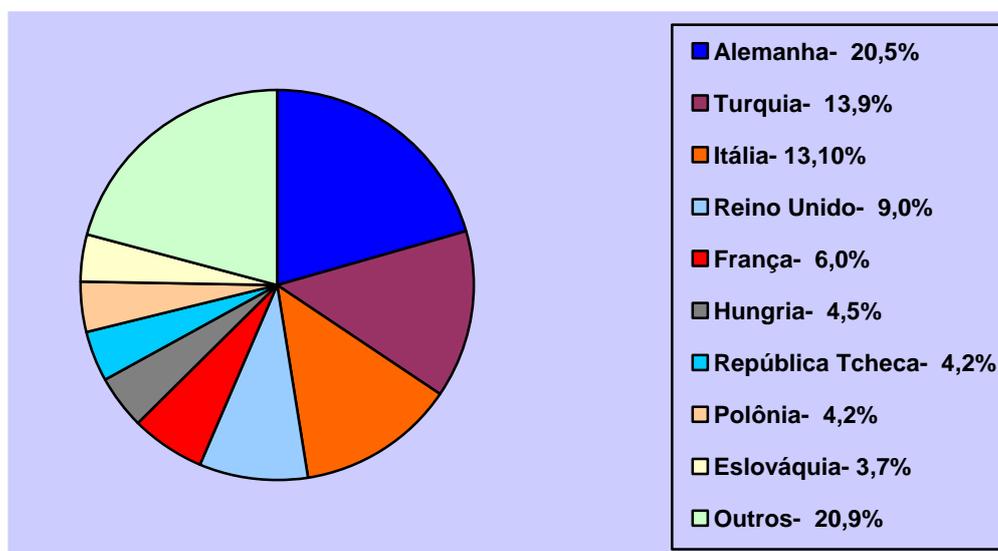
Remontando à origem do mercado, o processo de internacionalização dos fluxos internos de gás veio ao socorro da demanda por energia elétrica que encontrava resistência na utilização do petróleo e recursos hídricos inutilizáveis por tipografias desfavoráveis.

O fortalecimento da indústria do gás também foi ocasionado pela produção e transmissão da energia elétrica de parte das CCCGNs europeias (Centrais de Ciclo Combinado a Gás Natural), que provocaram a criação de um aparato urgente para o transporte fluido compressível da fronteira dos Estados fornecedores até as mesmas. Apesar de recente (início dos anos 1980), a tecnologia da CCCGNs dimensionou a procura pelo gás natural na produção de Eletricidade.

Ao aproveitar-se dos antigos acordos da URSS com os satélites e, usufruindo da necessidade dos mesmos, Moscou implantou a passagem do sistema de gasodutos pelos países da CEI. A figura 7, a seguir, nos informa dos principais importadores do gás, responsáveis pelo incremento da oferta da Gazprom. Com exceção do parceiro turco (que ainda não faz parte da União Europeia), a Alemanha e Itália participavam com a maior parte das vendas da empresa russa.

**Figura 7**

**% de venda da GAZPROM e principais importadores europeus**



Fonte adaptada: Gazprom in figures 2003-2007.

Como descrito no capítulo anterior, a localização estratégica do gigante eslavo (Rússia) e a adoção do mercado interno de consumo potencial (ver figura 6), contribuíram e muito para a disseminação dos fluxos econômicos em detrimento de seus rivais, atrelado às variáveis no valor do produto. Na figura 6, nota-se que o fluxo de gás natural liquefeito responde de maneira interessante ao mercado consumidor asiático.

Embora proveniente do gás natural, o hidrocarboneto liquefeito possuía vantagens quanto ao transporte; o GNL é 600 vezes menos denso que a forma gasosa, podendo ser transportado em grandes quantidades. A logística do GNL era executada através de navios tanque de carga granel líquida e os conhecidos tanques ou metaneiros.

A respeito da abordagem inicial do GNL, o transporte deste em navios atendia a mercados além-mares, como os asiáticos, e se originava de contratos a curto e médio prazo, sendo de rápida liquidez no ambiente macroeconômico. Para curtas e médias distâncias se fazia uso de trens com vagões criogênicos, ou seja, capacitados em manter o gás liquefeito sobre determinadas, temperatura e pressão. Contudo, a tecnologia era prematura e os custos em infra-estrutura bloqueavam sua entrada em mercados com potenciais necessidades.

Oliveira (1988) lembra que, a introdução do hidrocarboneto liquefeito fora dificultada pela estratégia de absorção do mercado sem garantias de uma distribuição de qualidade, já que o transporte do produto estava frequentemente sujeito a falhas, como vazamentos. Todavia, o desenvolvimento do GNL mostrava que este podia ser considerado uma fonte energética que ultrapassava a esfera regional de negociação.

No tocante ao aspecto de distribuição do gás, Mathias (2008) aborda a questão da internacionalização das fontes energéticas incorporadas ao processo de globalização. A fim de interpretar tal pensamento se fará uso de analogia entre a indústria energética europeia e a globalização.

Quando se originou, de fato, uma demanda pela fonte de energia fóssil e limpa (gás), países europeus como Noruega e Holanda optaram por repartir (comercialmente) suas matérias-primas com os vizinhos: surgia o processo de *internacionalização*. Ao passo que a demanda provocara a origem de um nicho mercantil próprio, as empresas estatais de energia ascenderam à criação de regionalismos ou grandes fatias de mercados. Tendo como exemplo a transmissão de gás pela estatal russa, a GAZPROM detinha o planejamento mercadológico de modo a “*mundializar*” o recurso, estendendo-lo aos demais continentes.

Possivelmente, segundo a abordagem de Mathias (2008), a concepção do gás como *commodity* no ambiente financeiro, caracterizaria a etapa de *globalização* do processo, proporcionando fácil e rápida liquidez do hidrocarboneto no comércio internacional.

Todavia, o fluxo de GN mantido atualmente não lhe confere características de globalização, pois seu sistema de distribuição restringe-se ao parâmetro regional. Cabe a percepção da teoria de que o GNL caminha rapidamente para a globalização de seu fornecimento como demonstra a tabela adaptada por Nunes (2007), abordando as principais diferenças competitivas entre o sistema de gasodutos e o de gás liquefeito (GNL).

A ascensão do GNL no contexto externo tem impedido aos fornecedores de gás natural de promover políticas de consolidação de mercado, frente às tendências dos importadores de diversificarem as parcerias.

**Tabela 2: Vantagens e Desvantagens entre Gasodutos e GNL**

	<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<b>GASODUTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Via dedicada alternativa condiciona o fornecedor;</li> <li>• Ausências de pressões-preço;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dependência do fornecedor e dos países de passagem;</li> <li>• Dependência das infra-estruturas (inflexibilidade);</li> <li>• Incapacidade de beneficiar das reduções de cotações;</li> </ul>
<b>GNL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Flexibilidade na mudança de fornecedor;</li> <li>• Flexibilidade no volume da recepção do <i>input</i>;</li> <li>• Aumento do número de países fornecedores;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Flexibilidade da oferta pressupõe mercado concorrencial;</li> <li>• Alta de preços no mercado internacional transferível para a Europa;</li> </ul>

Fonte adaptada: Carlos Costa NUNES-2007 apud CES/RAMBOLL, *The Gas Sector*, (quadro da p. 149).

Pesando-se as vantagens do GN com o GNL é interessante discutir que a utilização destes gera situações diferentes de consumo. Na importação via dutos de gás compele ao cliente que este queira um suprimento contínuo e a padronização de um fornecedor para centralizar os custos — caso da Itália — contratando o serviço de abastecimento em longo prazo. Esse tipo de importação apresentava como vimos na tabela anterior, um alto grau de dependência, pois os fornecedores potenciais eram escassos e os contratos seguiam modelos fixos a exemplo do *Take or Pay*.

A preocupação europeia com a segurança no abastecimento de gás natural impulsionou os Estados a procurarem novos fornecedores e fontes alternativas como o GNL. Os contratos desse tipo foram executados a curto e médio prazo devido à alta concorrência e instabilidade do preço do produto.

Entusiasta da ligação entre a exportação e a distribuição a partir do alargamento do UGSS (Sistema Unificado de Suprimento de Gás), a política de energia da Rússia baseou-se no fornecimento de um “regionalismo de controle”, que preconizava a participação e a centralização do negócio na Europa. Ademais, os investimentos dos gasodutos em infra-estrutura contavam com a participação das principais companhias importadoras, amenizando os riscos de embate com outros fornecedores.

Na intenção de assegurar a procura pelo produto, o governo por meio da Gazprom aproximou os principais importadores europeus ao gerenciamento da companhia estatal, demonstrado na parceria no campo da Yuzhno Russkoye com a BASF alemã e do projeto do gasoduto South Stream com a Empresa energética italiana (ENI). O marketing elaborado na gestão Putin e vinculado à questão de soberania nacional dos recursos naturais compreendia o desenvolvimento de sua companhia em decorrência da atração de investimento estrangeiro.

A afirmação de Smith (2006) de que a Rússia não detinha capital nem tecnologia para empreender-se individualmente em seus projetos nos campos de gás colocou em discussão a transparência da companhia e do governo frente à abertura de parcerias. Admitindo uma visão estratégica, a política da Rússia representaria um falseamento da realidade energética nacional.

Dentre os indicadores de tal questionamento estaria segundo Smith, o caso “mal resolvido”, envolvendo a empresa Yukos. A suspensão das atividades da companhia privada de parte do Estado possuía mais do que fatos de ilicitude da empresa.

O plano Putin de centralizar o poder e englobar os setores lucrativos da economia à questão de Segurança Nacional previa a retirada de empresas privadas do jogo

energético nacional. Houve uma declaração de oficiais do governo de que não seria permitida às empresas privadas do setor, a construção de gasodutos dentro do território russo. Segundo estudo de Smith (2006), a Yukos detinha planos de expansão para alcançar uma fatia do mercado externo a partir da construção de gasodutos (oriundos do campo de Murmansk) que beneficiariam os países do leste asiático como a China. Tal desencontro de informações resultaria de um *marketing* do gás?

Para que se efetivasse o crescimento da máquina pública na esfera das relações comerciais, o Estado teria que desbancar os concorrentes internos.

Pode-se compreender que fora necessária à estratégia moscovita a divisão da companhia energética em várias subsidiárias. Tal medida vinculava-se ao preenchimento das lacunas deixadas pela participação da iniciativa privada nos processos de refinação e transmissão do gás ante a “reestatização” da OAO Gazprom.

A corrida para tornar a fonte de GN competitiva frente à concorrência do GNL e outros fornecedores de gás bruto reorganizou o sistema russo de produção e transmissão. Baseados num critério de controle estratégico, os gasodutos respeitavam o volume de absorção do mercado. Para os grandes mercados a distribuição era ramificada e caracterizava o nível de subordinação do cliente ao produto.

Do que foi mostrado na análise da tabela 2, quando da comparação entre os hidrocarbonetos comerciáveis, um dos pontos fracos da adesão ao gás natural era que a dependência atingia tanto a classe fornecedora quanto a classe importadora. A Rússia dependia fortemente de suas parcerias para implementação de sua estratégia de consolidação econômica e redefinição da Nação no Sistema Internacional. A consequente dependência dos territórios da CEI à passagem dos gasodutos configurava a influente política da herdeira da URSS. Toda a exportação do gás natural russo em direção ao oeste europeu passava por três ex-satélites soviéticos: a Ucrânia, a Bielo-Rússia e a Moldávia. Ocasionalmente surgiam embates comerciais entre Moscou, Kiev (Ucrânia) e Minsk (Bielo-Rússia), já que a Gazprom dependia desses países para abastecer a Europa e estes membros da CEI dependiam dos suprimentos de gás russo.

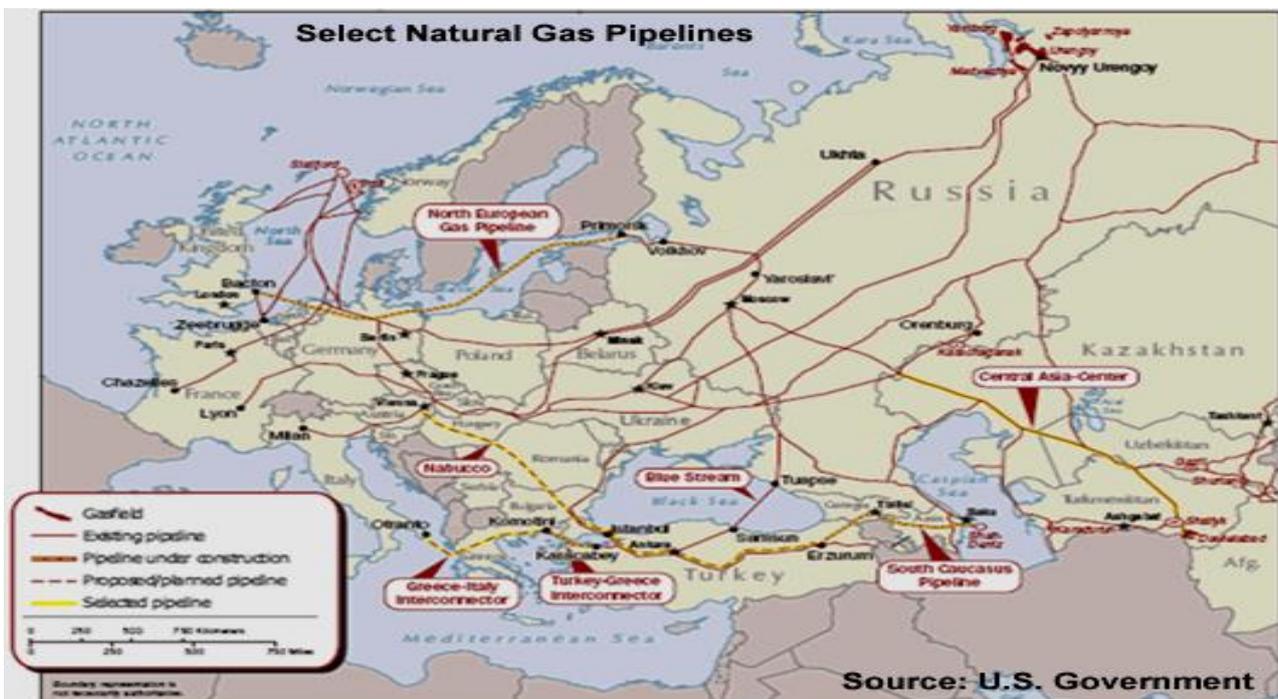
Vilemas (2004) atribuía o comportamento de Moscou para com os países da CEI à dificuldade da perda do sentimento imperialista e hábitos da época soviética, sendo que para estes ex-satélites nunca terminavam as intervenções ideológicas do Kremlin.

A dura transição de seus governos durante o fim da Guerra-Fria imputou qualquer medida democratizante o suficiente para restabelecê-los positivamente na comunidade

internacional. Surgiu então uma fragilidade de pulso firme por parte das autoridades de alguns países da CEI, o que tornou vantajosa a política de continuidade da herdeira soviética. Elucidou-se também, a dual taxação (dualização) do gás natural elaborada por Moscou, motivo da contenda envolvendo a Ucrânia em 2006.

**Figura 8**

**Sistema de distribuição do gás natural russo na Europa**



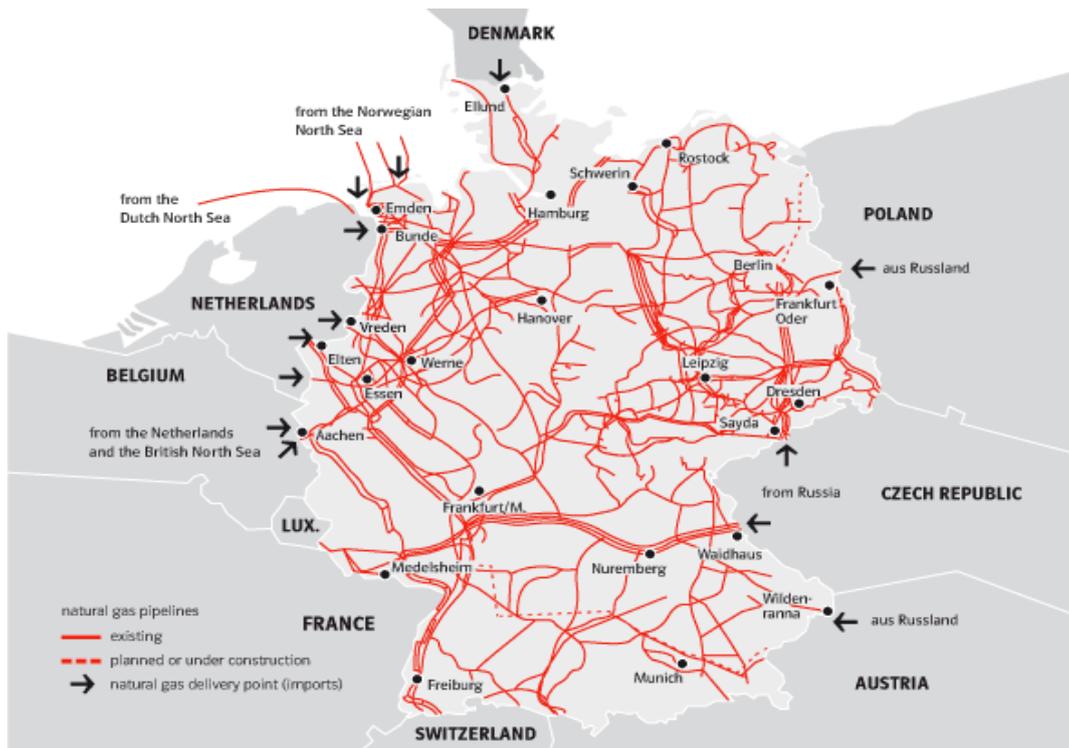
Fonte: <http://centralasia.foreignpolicyblogs.com/2009/01/27/eu-central-asia-russa-the-ga-triangle-continues/>

A distribuição da matriz energética (figura 8) por Moscou, antiga sede do regime soviético era realizada por meio de gasodutos, os *pipelines*, de grande espessura e interligados ao UGSS (Sistema Unificado de Suprimento de Gás), condicionados pelas unidades regionais (UGSFs).

A ilustração anterior (figura 8) informa sobre os principais pontos de distribuição do volume de gás, tal como sua passagem transcontinental. Observa-se o território alemão (figura 9) como principal rota de transmissão pelo ideal aparato de distribuição que possuía e por parcerias profundas entre as gerenciadoras do gás alemão, a citar BASF, e que participavam de alçados projetos de transmissão em longo prazo. A figura seguinte mostra os principais gasodutos em funcionamento (linhas vermelhas

contínuas) no país junto aos projetos de *pipelines* em andamento (linhas vermelhas seccionadas).

**Figura 9**  
**Transmissão do gás na Alemanha**



Fonte: E.ON Ruhrgas (<http://www.eon-ruhrgas.com/cps/rde/xchg/SID-3F57EEF5-41547937/er-corporate/hs.xsl/678.htm?rdeLocaleAttr=en>)

Com relação a esses Projetos cabe colocar a par da construção de ramificações ao NEGP (Northern Europe Gas Pipeline) por todo o território alemão. A rede criada para tal empreendimento proporcionará um aumento da demanda alemã e da necessidade do produto de cerca de 80% (Smith, 2006). Grande parte do investimento nesse sistema de dutos secundários ao NEGP provirá do governo alemão, evidenciando um planejamento em longo prazo. Outros projetos como o SEGP (Southern Europe Gas Pipeline) de ligação com a Itália parece demonstrar que a Europa não quer fugir tão cedo da hegemonia russa.

A passagem desses gasodutos por Estados como a Polônia e a Ucrânia é um dos assuntos abordados no item 3 deste capítulo; referente ao receio da Europa



processos de transmissão do GN entre as subsidiárias, seguidos da distribuição para mercados em ascendência de consumo como o mercado da China<sup>6</sup>. Por fim, as linhas direcionadas à região do Japão estabelecem o novo fluxo de GNL oriundo da Rússia no nordeste asiático.

O estabelecimento de uma quota de GNL na produção da companhia estatal previa a manutenção de contratos em curto prazo entre o nordeste e os países do norte africano a exemplo de Argélia e Líbia.

Diante do exposto nos tópicos anteriores, tornava-se imprescindível somar a estratégia de “encourajamento” do comércio euro-asiático na defesa de uma dependência europeia planificada pela ideologia russa, aproveitando-se do desconhecimento, de parte da Europa e das “forças profundas” de Renovin.

## 2.2 A problemática da dependência energética

---

A queda dos preços da matriz fóssil na década de 1980 e 1990, situação gerada pelo modelo de valoração das fontes do gás impulsionou os países do Velho Mundo a contratarem os serviços de fornecimento da antiga URSS baseados num prazo longo de maturação. Evitando renovações contratuais os importadores reduziram os custos por transação, visto que o sistema *take or pay* era oneroso à medida que o volume da demanda crescia.

O desenvolvimento das hipóteses, apresentadas no plano de estudo, correlacionava-se com a natureza dos contratos em longo prazo, com a tentativa de regulação do setor europeu de energia e com o ambiente relativamente livre para a construção de uma situação de necessidade mútua do combustível fóssil.

Todavia, a percepção de poucas reservas no continente e a incapacidade dos vizinhos exportadores (Noruega e Holanda) de atender ao volume de importações mergulhou as Repúblicas numa situação a mercê de poucos fornecedores da matéria-prima. Junto à dissolução da URSS veio o temor do não-cumprimento dos contratos de distribuição do ministério do gás soviético. Apesar do surgimento de uma estatal para administrar o gerenciamento de gás na “Nova Rússia” isto não favoreceu a inibição das

---

<sup>6</sup> A entrada do gás russo na China encontra uma série de dificuldades conjunturais e de ordem burocrática. Indústria do gás chinesa não é liberalizada e reluta pelas condições de comercialização da fonte de energia estrangeira. O carvão ainda é a principal força motriz da economia chinesa.

políticas das nações da Europa pelo teor do nacionalismo eslavo, embora garantisse Yeltsin uma aproximação positiva com o ocidente.

O plano de diretivas<sup>7</sup> da União Européia no início da década de 1990 conferiu aos Estados membros a saída alternativa de procurarem outros fornecedores para variar as possibilidades de compra e resistir à situação de sujeição à fonte energética do gás. Regimes de liberalização redistribuíram as tarefas de exploração e prospecção das reservas escassas e importações da matriz energética, em detrimento da centralização do processo pela instituição estatal. Mas, de acordo com Reymond (2008) a UE (União Européia) perdera sua ferramenta de regularização e negociação no advento deste processo de liberalização do setor do gás.

A diretiva de “democratização” dos meios de fornecimento e distribuição da matriz energética em questão repartia o monopólio histórico do Estado entre empresas privadas, incapacitadas de penetrar em mercados externos e limitando-las à sua atuação interna. Tal medida agradara o setor privado e logo representou sinais de uma regularização do comércio de gás. Dentre os países da Europa que levaram essa diretiva com veemência destacam-se a Alemanha e a Itália.

Em relação aos grandes mercados de importação de recursos naturais fósseis, o mercado alemão e o mercado italiano constituíam os principais parceiros da Gazprom no continente. O início das parcerias desses dois gigantes com Moscou datavam de meados do século XX, onde a URSS caminhava para bipolarizar o sistema internacional por intermédio do somatório de seu “Poder Internacional” (Castro, 2005). A natureza de suas relações sempre representou um reflexo da situação energética européia e auxiliava na condução da política soviética, sem contar que os primeiros gasodutos intercontinentais foram direcionados para as regiões da Itália e Alemanha, como pontos concentradores do fornecimento.

Com relação à Itália e, conforme Recchia (2004), o país era dependente, na sua quase totalidade, das fontes energéticas fósseis para geração de energia e necessitaria, portanto, de novas políticas para suprir sua carência.

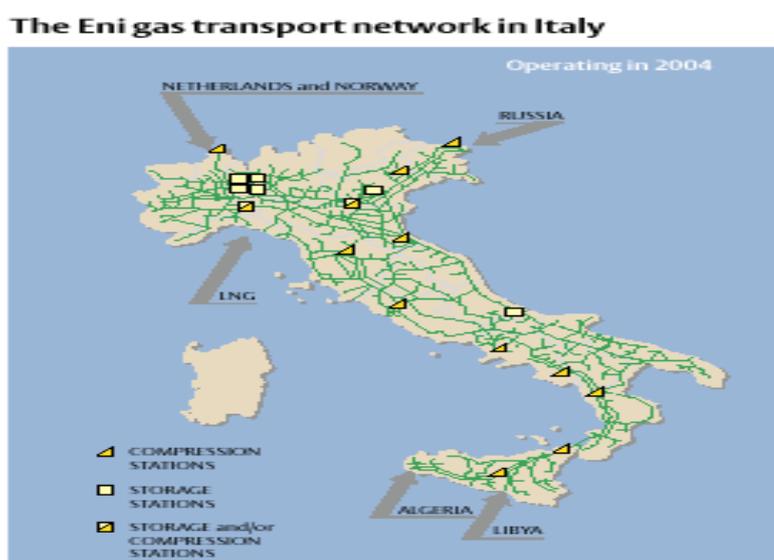
A política de energia da Itália correspondia à demanda crescente do consumo de sua indústria. A ENI (Ente Nazionale Idrocarburi), companhia estatal monopolista do

---

<sup>7</sup> As diretivas que se destacaram no encontro europeu para discussão da utilização de combustíveis fósseis no seu desenvolvimento econômico foram as diretivas n.º. 296, 377 e 54. A diretiva n.º. 296 (1991) previa facilitar a transmissão do gás em grandes redes a fim de assegurar o abastecimento de qualidade e contínuo. A necessidade de transparência nos valores do gás foi defendida na diretiva n.º. 377 (1991). A diretiva de n.º. 54 (1994) compreendia o direito de livre acesso das empresas privadas dos países aos processos de exploração e extração do hidrocarboneto fóssil, garantindo a liberalização do comércio.

setor energético italiano, promovia um auto-incentivo à produção e busca de reservas, enquanto gerenciava as importações do gás oriundo do Norte da África (GNL) e ainda, da URSS (figura 11). A estatal italiana, assim como o modelo russo, estruturava a cadeia do gás através da integração de subsidiárias nas etapas de transmissão e distribuição do hidrocarboneto a nível interno (Cavalieri, 2003).

**Figura 11**  
**Rede de transporte de gás na Itália**



Fonte: ENI (Ente Nazionale Idrocarburi)

A partir da internalização da diretiva europeia no ordenamento jurídico italiano (em 2000), a ENI passou a competir com outras empresas privadas no país, diminuindo a arrecadação e controle pelo Estado levando, mais tarde, a sua privatização. Coube ao estado italiano o controle de apenas 30% de suas ações (Cavalieri, 2003).

As diversas concessões de participação limitaram o efeito de regulação do mercado pela simples “competição desenfreada”, em detrimento da perda de eficiência na cadeia do produto. A Itália, sem amparo da companhia estatal, firmou parcerias em longo prazo, expondo sua fraqueza aos recursos energéticos, gerando uma profunda vulnerabilidade nas cotações gasificas. Mais tarde a política estratégica do governo Putin distanciou a recuperação do poder de barganha italiano vinculando-o à aliança estratégica na criação do SEGP (Southern Europe Gas Pipeline).

Já o caso alemão levou ao debate acerca do princípio de integração. A situação energética alemã na segunda metade do século XX, segundo Runci e Dooley (2004) era viabilizada pela produção de carvão mineral.

Correspondente a mais de 50% do consumo germânico, o carvão vinha suprindo a crescente indústria nacional e a indústria de geração de energia. Parecia impossível à política externa nacional desprender-se dessa fonte de combustível fóssil. A detenção da tecnologia nuclear para fins de suplementação da produção elétrica na Alemanha representava um baixo grau de necessidade de combustível fóssil derivado do petróleo (o gás natural). Entretanto, a acelerada economia de exportação aliada aos altos subsídios para manutenção do carvão forçou o país a optar pela fonte fóssil gasosa.

A familiarização com o petróleo facilitou a entrada do GN, oriundo da URSS. Formaram-se parcerias de distribuição fronteiriça e, nos picos da demanda pela fonte, foram implantados os primeiros gasodutos interestatais. Criou-se uma companhia estatal alemã para administração das reservas e importações.

A observância da evolução do perfil alemão trouxe ao estudo a tônica de que, a necessidade do gás atendeu, em perceptível parte, à ideologia de integração da UE de que tanto preconizava a Alemanha. A confirmação de tal pensamento se cristalizava na forma como era levado o modelo de liberalização do cenário econômico: se procuraram introduzir perfeitamente as diretrizes propostas pelo futuro modelo de unificação energética da comunidade.

Berlim, após a unificação, alçava que a condução desta política pelos membros europeus iria fortalecer o comércio do Velho Mundo, frente aos desafios de novas fontes energéticas e à resistência aos monopólios de exportação. O método de democratização do acesso da iniciativa privada às técnicas de manuseio do gás projetou empresas como a BASF, WINGAS, EON, Ruhrgas, entre outras. Concretizada a mudança do contexto das partes (Estatais → Empresas Privadas), na negociação dos hidrocarbonetos delineava-se agora, um cenário de total aceitação das condições dos exportadores ao suprimento de “energia” combustível. A Ruhrgas era a companhia europeia de maior participação no mercado de transmissão do combustível. A planificação de um setor energético mais competitivo na Alemanha levou à assimilação do Capital da Ruhrgas pela E.ON, Companhia Elétrica germânica, o que redistribuiu o poder de barganha entre fornecedores e importadores na região. A E.ON-Ruhrgas participava do mercado energético como uma empresa robusta e especialista em tecnologia de distribuição energética.

Corroborando a idéia de Reymond (2008) a quebra do monopólio estatal representou o elemento direto de descentralização do poder energético dos Estados da Europa, aliado à incapacidade das novas empresas privadas de influenciarem os preços, ocasionando um “efeito contrário” àquele previsto pelas diretrizes. Lembrando do alto grau de influência que possuíam as companhias estatais na entrada do fornecimento de gás em seus territórios, notaremos — na execução da diretriz — a inversão do papel da negociação em que os fornecedores eram então os verdadeiros *players* da comercialização do produto primário. Nas palavras de Reymond (2008):

Em vez de encorajar os gigantes públicos a investir em unidades de produção e dialogar com os operadores estrangeiros, a UE preferiu dismantelar seus monopólios históricos. Ao não favorecer a eficácia, seu dogmatismo engendrou um oligopólio de empresas privadas mais preocupadas com seus acionistas do que com os usuários, transformados em “clientes”.

(Reymond 2008 p.21)

Para Smith (2006) os governos da União Européia estariam mais preocupados na prestação de assistência às suas companhias privadas nacionais do que a programarem um plano de unificação energética e fugirem da situação de “marionetes” do gás. Asseverava ainda, que a Alemanha era a “chave estratégica” da política de energia russa no continente (Smith 2006).

A posição, tanto alemã quanto italiana arriscava uma possível crise de segurança de abastecimento.

O ponto levantado por Cavalieri (2003) colocava em evidencia as falhas do sistema de liberalização da estabilidade de preços na Europa. Ao perderem espaço para as empresas privadas, as antigas estatais monopolistas enfraqueceram o modelo de importação nacional já que era cada vez menor sua participação. Os Estados não tinham como manter a instabilidade nos preços da fonte energética que importavam pela razão dos fornecedores serem empresas monopolistas estatais. O caso alemão era bem semelhante ao caso italiano no que dizia respeito à adoção completa da diretriz européia e o efeito colateral da perda de qualquer direito regulatório.

Tabela 3

<b><i>Máxima Expectativa de Dependência à importação do Gás Natural pela Europa dos 15</i></b>				
<b>2003</b>	<b>2010</b>	<b>2015</b>	<b>2020</b>	<b>2025</b>
<b>46 %</b>	<b>59 %</b>	<b>71 %</b>	<b>82 %</b>	<b>87 %</b>

Fonte: <http://www.euogas.org/> (internet)

A crescente demanda pelas fontes fósseis, acrescida da dependência demonstrava que a diretiz não foi capaz de introduzir ferramentas que protegessem os mercados europeus e os orientassem na procura de fontes alternativas de energia. Num contexto pessimista poderia atribuir a essa diretiz o alargamento da influência dos fornecedores na comercialização do GN, como se a Europa produzisse o próprio enfraquecimento de sua política de segurança energética.

Tal suposição adicionada de cenários obscuros, como o da tabela 3 encontraria respaldo na atual preocupação da EU (União Européia) com a instauração de um cartel do gás.

Se tomarmos a previsão da Agência Internacional de Energia (organismo das Nações Unidas) ficariam claros os elementos que corroborariam para tal assertiva.

A junção dos trabalhos de Santos *et al.* (2007), Mathias (2008), Nunes (2007) expõe a problemática do relatório IEA<sup>8</sup> na qual a alta nos índices de consumo do gás iria aumentar nocivamente a subordinação dos países europeus.

Segundo Reymond (2008) firmava-se cada vez mais a preocupação do Ocidente europeu com a falta de recursos energéticos suficientes em seus territórios bem como com a “comoditização” de suas importações.

<sup>8</sup> A IEA, Agência Internacional de Energia projetou um estudo em 2006 no qual estabelece uma previsão do consumo de energia, especificamente de combustíveis fósseis para as próximas três décadas. O relatório fixa dois cenários de previsão, o cenário referencial e o alternativo. É importante salientar que o estudo da Agência indicou um aumento de consumo global de 1,6% de 2004 a 2030, atingindo a estimativa de 17,1 bilhões de toneladas de óleo equivalente (toe). A expansão de cerca de 6 bilhões de toe nesse período (2004-2030) representaria mais do dobro do consumo de energia em relação a oferta e demanda atuais. Também é esperado uma diminuição da taxa média de crescimento do consumo de energia anual. O Cenário referencial representa a evolução do consumo para as próximas décadas com a demanda atual, e o cenário alternativo, com uma queda de 10% na utilização das fontes, explica a mesma evolução, caso haja uma política de redução da utilização das fontes fósseis pelos países do globo.

Iminentes à caminhada do GN e GNL a um processo de globalização como abordado por Mathias (2008), as nações europeias deveriam fortalecer sua política de energia pela ativação da centralização do gerenciamento energético. Como Raymond (2008) diz:

As redes constituem monopólios naturais de deveriam ser administrados por uma única e mesma entidade. Assim, apoiado na energia nuclear civil existente, no desenvolvimento de energias renováveis e nas importações diversificadas de gás natural, esse hipotético monopólio público poderia se encarregar do transporte, distribuição e parte da produção europeia (...) Para dar vida a tal projeto seria preciso uma outra Europa.  
(Raymond 2008 p.21)

### 2.3 Vislumbra-se a instauração de um cartel do gás?

---

Á luz dos fatos que evidenciavam a ineficácia do planejamento de uma política de segurança de abastecimento e a conseqüente perda de poder decisório dos importadores na cotação da matriz fóssil levantar-se-á, portanto, os aspectos que impedem de chegar a conclusões plausíveis em relação ao fenômeno de dependência energética.

Instruídos assim, pelo estudo em questão, compreenderíamos a existência de uma causa-consequência na relação de dependência entre importadores e fornecedores.

Na análise seguinte a junção dos pensamentos dos críticos, abordados quanto à temática energética mundial se fará necessária.

A percepção de uma rede insuficiente de recursos naturais na Europa, principalmente de combustíveis fósseis — o petróleo e gás natural — orientou os países a irem ao encontro de possíveis detentores e abastecedores de tais recursos. A procura de outras fontes de energia era insólita e não se sustentava no modelo de produção que as fontes tradicionais vinham empreendendo na evolução econômica do continente.

A posse destes elementos combustíveis num ambiente de intensa revolução industrial fora enxergada como uma astúcia na aplicação dessas fontes ao desenvolvimento comercial. Mas quem poderia administrar estes bens e responder ao Estado pelo gerenciamento? A própria máquina pública se encarregou de gerir o processo de utilização dos combustíveis, responsabilizando-se pelos possíveis e futuros problemas oriundos do desconhecimento no emprego da fonte.

Cada vez mais o poder público realçava os interesses na matriz combustível incorporando-a nas relações político-econômicas com os demais governos e interagindo com os mercados através de suas companhias, a exemplo da URSS e, mais tarde, a Rússia.

O andamento tanto da comercialização quanto da necessidade da base primária de produção de energia aqueceu as relações comerciais que exigiram um ambiente de trocas contínuo; implantaram-se os primeiros sistemas de distribuição fixos, os dutos de óleo e gasodutos. Era cada vez mais intrínseca a política estatal à existência de combustíveis fósseis. Para garantir essa relação os abastecedores vestiam-se de uma política mercantil agressiva e sedenta por novos mercados e contratos, deixando de lado o papel no fornecimento de qualidade.

Os países importadores, ao perceberem a problemática de uma insegurança no abastecimento, apressaram uma política comum que protegia seus interesses e direitos de comercialização. Surgiram as diretrizes da UE.

Os erros de interpretação das recomendações prescritas e a não adaptação a realidades diferentes provocou uma cisão entre a autoridade estatal e a emergência do setor privado na técnica de comércio do combustível fóssil. O seguinte contexto liberalizante reorganizou a balança do poder no mercado do gás europeu que passou de importadores → fornecedores para fornecedores → importadores.

Procede a preocupação do ocidente europeu, oriunda do sistema de distribuição, de passar por áreas econômicas complexas, caso da CEI.

A experiência sentida no conflito político-econômico entre a Rússia e a Ucrânia, pela cotação nos preços do gás gerou a suspensão do fornecimento de gás pelo gasoduto que atravessava o país, viabilizando um verdadeiro “dilema energético”, pondo em xeque a polaridade da Europa nas temáticas da região. A compensação dos investimentos nos gasodutos europeus era repassada no preço do gás ofertado aos antigos satélites, o que não ocorria aos ocidentais, tática conhecida como ‘dualismo’ nos preços.

A companhia estatal de gás (GAZPROM) revelava-se, na estratégia de projetar a Federação Russa no cenário internacional, como uma potência regional, pela dependência de suas exportações. Finon e Locatelli (2007) trazem à tona o planejamento da Gazprom em diversificar os mercados do gás para Ásia e EUA, se possível pela introdução de GNL.

Do ambiente de real instabilidade econômica surgiu a vertente da questão de segurança nacional russa que incorporava ao gás, tornando possível uma entrada competitiva e agressiva em novos fluxos mercantis. Assim, a partir da evolução da problemática de insegurança no abastecimento do hidrocarboneto, gerou-se o cenário de “policiamento” europeu.

O aumento da importância do hidrocarboneto, tanto bruto como liquefeito, ascendera a mesma discussão vivida durante a globalização do petróleo como energia que moveria o mundo contemporâneo.

Mathias (2008) assume a idéia de que futuramente os produtores possam formar um oligopólio organizado, também conhecido como Cartel.

O conhecido Fórum dos Países Exportadores de Gás Natural surgiu do interesse dos países produtores em manter um contato para troca de experiências comerciais e avaliação coletiva do mercado. O desejo da Argélia de que o encontro ocorresse na década de 1980 esbarrou na pressão estadunidense sobre os produtores de gás. Os próximos anos situariam a influência deste fórum no comércio internacional de GN.

O ambiente imaginativo do autor destaca que a presença de grandes atores no mercado, combinado à satisfação dos interesses, seria fator condicionante para a instauração de um cartel do gás.

Ciente dos principais objetivos de um regime de cartel, não seria provável sua criação em curto e médio prazo no contexto atual. Do mesmo modo que a análise dos preços, as vantagens de tal regime também podem ser voláteis.

Tomando o exemplo da Rússia, sua atual estratégia energética passa aquém do interesse em participar desse tipo de oligopólio; a política agressiva russa está mais preocupada em se sobrepor aos concorrentes que esperar vantagens advindas da maximização dos lucros e do controle dos preços. Dirimindo o aumento da influência na esfera econômica, este critério ainda não compensa a limitação da produção e responsabilidade em fixar os preços da *commodity*. Tornar-se-ia mais interessante a não participação e liberdade absoluta para praticar suas importações.

Contudo, cientes da congruência na adoção dos combustíveis fósseis pela sociedade capitalista e, impactados pela experiência das crises do petróleo, não deveríamos descartar esse horizonte em longo prazo, pois é possível sim que, haja sintonia de interesses em constituir uma instituição que monopolize o controle do gás.

Relembrando o relatório da Agência Internacional de Energia (AIE) da demanda “explosiva” pelo GN nas próximas três décadas, a constituição de um Cartel seria

necessária para a padronização dos preços e a regularização da oferta de gás. A viabilidade do oligopólio estaria na condição de dependência onde os fornecedores teriam de presumir que os mercados absorvessem a oferta energética e não recorressem a fontes alternativas de energia. O dilema da União Europeia sofreria drástica mudança ou instigaria continuidade nos próximos 10 anos com a finalização de importantes contratos de distribuição. Nas palavras de Silva (2008):

No contexto da Europa é preciso dizer que esta desprezou a energia como um elemento integrante da sua política externa nos últimos 50 anos [1]. Esta falha reflectiu-se na incapacidade europeia para promover a mudança do modelo energético e para identificar atempadamente as consequências ambientais de um consumo excessivo de combustíveis fósseis. Hoje, estão à vista de todos as proporções que esta falha pode assumir.

(Silva 2008 p.34)

Diante da reflexão exposta, mais uma vez, a *lei da oferta e da procura* terá o *voto de Minerva* na “cartelização” dos combustíveis fósseis.

## Capítulo III

### Discussão energética do conflito

---

#### 3.1 A sombra russa sobre a Geórgia

---

O intervalo ocasionado pela dissolução da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas parece passar despercebido pelos países, sujados da poeira vermelha e herdeiros de um pântano de políticas assistenciais inacabadas: a Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

No desenvolvimento do trabalho a respeito da noção de dependência energética da Europa, na figura da Itália e Alemanha, os membros da CEI, quase sempre possuíam papéis coadjuvantes na evolução mercantil das relações moscovitas. Tais preocupações só ganharam fôlego nas iminências das crises do gás na Ucrânia (2006) e da intervenção “soviética” na Geórgia (2008).

Como visto no caso da contenda envolvendo a Ucrânia, os principais fatores foram o sistema de dualização de preços elaborado pela Gazprom sobre forma de compensação das exportações. O exame acerca do embate Rússia-Geórgia carrega esse e outros elementos dos quais se faz presente a memória e a contenda ucraniana, contando até com a presença de Kiev nos bastidores do conflito da Geórgia (DUBOVYK, 2008).

Inesperada e ameaçadora, a “intervenção” russa no impasse político entre Ossétia do Sul e Geórgia desequilibrou a balança de poder instaurada na região no final da Guerra-Fria e ascendeu a discussão sobre os reais interesses da “potência vermelha” na região do Mar Negro. As reflexões que se estendem na explicação do conflito advertem também o futuro desenho da região, caso fatos desse tipo alimentem o desejo separatista de muitas províncias ali existentes.

As causas que promoveram as ações militares tanto russas quanto georgianas na região adormeciam desde o contexto soviético. É essencial a caracterização dos agentes no espaço do conflito e a freqüente alusão de seus passados.

A Ossétia do Sul surgiu da fixação de uma tribo que habitava o antigo território hoje pertencente à Rússia. A procura de alimentos e as incursões mongóis no lugar

provocaram o êxodo da tribo que, anos depois, se fixou na região comum à Geórgia. No auge do expansionismo czarista, as regiões autônomas da Ossétia do Sul e Geórgia foram incorporadas ao Império, sendo que a cultura dos ossetos permitiu uma rápida assimilação dos costumes russos, ao contrário da resistência georgiana. Na Revolução Russa de 1917, procurou-se dissociar os dois territórios e atribuí-lhes o caráter de *soviétes* da ideologia russa. Esse evento modificou novamente o desenho da região que, durante o período, germinou a criação da Ossétia do Norte, província concebida pelo estreitamento da população eslava na fronteira osseta (do Sul). Ademais, a Geórgia munida de um grau de “poder internacional” (CASTRO, 2005) a nível local, incorporou a região da Ossétia do Sul, promovendo inúmeros movimentos separatistas.

Com o período de Guerra-Fria aceleraram-se as posições e tensões da região em favor da URSS e ao alcance do “guarda-chuva” de Moscou. A resposta da Geórgia foi a retomada de sua autoridade nacional e a contenção da autonomia osseta. O movimento de independência osseta só ganhou corpo no impacto que a região do Cáucaso recebeu na fragmentação do regime socialista. O fraco posicionamento externo georgiano propiciou o tempo para a fomentação de uma política e economia própria para a Ossétia e uma possível reação, através dos referendos de independência negados pela Geórgia e pela comunidade internacional. Embora inconveniente para a região, os ideais democráticos também serviram de fundo para os ideais ossetas.

Com o restabelecimento da economia russa no final da década de 1990 pela estratégia das fontes energéticas do gás natural e do petróleo, o poder gravitacional de Moscou aproximou a Ossétia da sua esfera econômica, fazendo com que fosse perceptível o desejo da província de incorporar-se novamente à Federação Russa.

Este é o principal aspecto das posições do Kremlin a favor da autonomia osseta, o que não configura uma afirmação de sua posição aos movimentos de independência do Kosovo e Chechênia. O interesse de Moscou é a posição estratégica do território como rota comercial do gás e corredor militar soviético; além de que, a região do Cáucaso fora a fronteira de maior controle russo após o colapso soviético por se tratar de um dos últimos redutos da presença soviética (NASCIMENTO, 2008).

Figura 12

Conflito Militar entre Rússia e Geórgia em agosto de 2008

### Military Conflict between Russia and Georgia August 2008



Fonte: Mapa extraído por Nichol (2009) da Alta Comissão das Nações Unidas para Refugiados, ACNUR.

A eclosão da animosidade georgiana para com a Ossétia em 2008 minava a política externa da Rússia e facultava aos Estados Unidos, aliado da Geórgia, de encurralar a tática energética e expansionista do Kremlin. Moscou esperou apenas a deflagração do conflito para intervir no território georgiano “em favor” da Ossétia do Sul. A mensuração de forças entre a Geórgia e a Rússia desbancara o governo de Tbilisi. Para reforçar a influência de Moscou no território, esta (Rússia) encontrou facilidade ao deslocar suas tropas através da Abkházia (figura 12), província georgiana de características irredentistas.

Assistindo ao desfecho da intrusão russa no entorno do Mar Negro, a Europa contabilizava possíveis cortes no abastecimento de gás por “emoção” do Kremlin. Estava descartada pelo lado europeu a desvinculação da Rússia das relações comerciais que eram prioritárias, embora fosse necessário mostrar uma posição desfavorável à empreitada eslava. O Velho Mundo conhecia bem que não poderia penetrar nesse universo sem a permissão do Kremlin. De fato, as conjunturas de fomentação da entrada da Geórgia e da Ucrânia na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), cogitada pelos países europeus, deixavam as autoridades russas

profundamente temerosas. O que não poderia acontecer era o reconhecimento militar desses dois países nas operações do continente, promovendo uma “reconfiguração” do ilusório arranjo da Guerra-Fria idealizado por Moscou.

De modo a garantir a reputação no mercado internacional o governo moscovita optou por desvincular-se diretamente da desavença com o “mesossistema”. O desgaste da presença do Kremlin no conflito poderia naufragar o plano russo de promover uma revisão da ordem regional. Contudo, a Rússia continuara afirmando a autonomia osseta, defendendo a presença de um povo russo, os *rosseiyar*<sup>9</sup>, e denunciando a supressão desse povo pelas autoridades georgianas.

Para o governo Putin (na figura do presidente Medvedev), estaria em jogo o controle e a observação das rotas do gás natural concorrente que passava pelos arredores de Tskhinvali (capital da Ossétia do Sul), e a preservação de seu “quintal” no Cáucaso. De acordo com Chaves e Schurster (2009) o primeiro ministro Vladimir Putin fortalecido da “experiência estratégica” e da ciência do evento em Kosovo reafirmava, indiretamente, sua “predestinação divina” de controle do leste europeu:

Este precedente do Kosovo acabará destruindo todo o sistema de relações internacionais, desenvolvido não durante décadas, mas durante séculos (...) não refletiram sobre o resultado do que estão fazendo. É como agitar os dois extremos de uma vara; ao final, um deles acabará atingindo-os na cara. (Vladimir Putin, segundo Chaves e Schurster 2008, p.4)

O presente discurso reforça as afirmações feitas no delinear do capítulo e provoca uma reflexão urgida de quais poderiam ser as principais intenções dos países envolvidos na conclusão definitiva do problema.

A participação estadunidense no desenrolar das animosidades também veio socorrer as construídas parcerias entre Washington e Tbilisi. Para o governo estadunidense, as vias diplomáticas apesar do pouco poder de coerção, serviriam para disseminar as denúncias do regime repressivo moscovita ao mundo capitalista que enxergava a Rússia no melhor traje comunista. No entanto, os EUA repetiram o mesmo que fez a Rússia quando firmou uma aliança anti-guerra com China, França e Alemanha no contexto de invasão dos Estados Unidos ao Iraque, demonstrando que o

---

<sup>9</sup> Rosseiyar fora adotado no estudo de Segrillo (2008) sendo o termo informal usado pela população russa para designar as pessoas nascidos ou domiciliadas há muito tempo no território da Federação Russa. Decerto que o critério de identidade russa é baseado no *jus sanguinis*, os filhos de russos “puros” são denominados *Russkii*.

cenário mundial permitia manuseios no equilíbrio da balança de poder ao encontro dos interesses das potências “polarizantes”.

De localização referencial, a Geórgia é o principal aliado dos Estados Unidos na região do Cáucaso de onde Washington ficava a par do movimento do Kremlin quanto a matérias econômicas e militares. Um modo de desarmar a política externa da Rússia sempre está implícito na agenda estadunidense. Lembrando que o fato mais recente dessa visão foi uma negociação de instalação de um escudo antimísseis estadunidense na Europa oriental, precisamente Ucrânia e Polônia, no objetivo de resguardar a Europa de um eventual ataque terrorista de fundamentalistas islâmicos ou separatistas rebeldes. Ora, a posição de tal escudo, defronte da Federação Russa, presumia a real construção do arsenal.

Os dois gigantes apressavam-se em dar um desfecho as suas maneiras. Das ferramentas utilizadas pela política policial russa, a que representava a identidade de Moscou não pudera ser posta em prática pela tamanha coerção de sua ação. A Federação deveria tentar, por vias diplomáticas, a negociação de um cessar fogo ideológico comum. Contudo, a demanda de *soft power* da Rússia era comparada à de uma potência de nível local e deixaria a desejar ; necessitaria de uma ajuda externa aos fatos.

A observação dos vizinhos do CEI era percebida na medida em que se percebera a militarização da “potência vermelha” nos territórios de antigo controle. A respeito da Ucrânia, contraponto de divergência da política do Kremlin, sua participação nos bastidores do conflito era bastante interessante do ponto de vista de Dubovyk (2008). Segundo o estudioso, a evolução do seu passado aproximava Kiev de Tibilisi pelo fato de produzirem o mesmo contexto histórico de reforma da política soviética. Explica Dubovyk, que as “revoluções de cores”, um dos principais elementos de dissolução do regime soviético, ligavam estes países a um sentimento de identidade nacional que, mais tarde com o CEI, viria a projetar-se na idealização de uma integração da comunidade. Especificamente a Ucrânia e Geórgia são os pontos-chave que contrabalançam a polarização moscovita na região por serem mais resistentes e reticentes, segundo observado na junção do GUAM (Geórgia, Ucrânia, Armênia e Moldávia). À Ucrânia, não caberia culpar à Geórgia pelo início do embate, pois as políticas familiares dos dois países possuíam força de cooperação.

Longe de ser uma extensão do território russo e a fim de submergir no pântano soviético rebuscado por Moscou, Kiev estava disposto a defender seus interesses e os

do parceiro estratégico no Cáucaso (Geórgia); era vislumbrada pela Ucrânia a abertura de relações econômicas energéticas com o Azerbaijão e países do Oriente Médio de modo a diversificar suas importações e salvaguardar-se de uma eventual retaliação russa como ocorrido em 2006.

De acordo com Soares (2008) os projetos dos gasodutos do Cáspio são uma alternativa atraente à fuga do monopólio da Gazprom. Oriundos do Azerbaijão os *pipelines* atenderiam aos mercados do Cáucaso, do Mar Cáspio e do Mar Asiático, pela posição estratégica desses nichos de mercado. De certo modo a implementação deste projeto traria calma aos países do Cáucaso que dependiam de grandes volumes de gás. A mercê dos acontecimentos a Gazprom, restaria um modo de contornar a situação.

### 3.2 O Conflito na observância das relações inter-comerciais

---

Indiferente ao contexto político-militar na relação Rússia-Geórgia, a vertente econômica adianta sua importância na delimitação das *causas belis* (CASTRO, 2005) do complexo Geoeconômico militar. Até que ponto tal critério econômico poderia fragmentar relações mais antigas que o conceito de mercado?

Os riscos assumidos pelos atores do conflito na Geórgia não limitavam a mobilidade de ações empreendidas pelos mesmos.

Desprendida, a princípio, de qualquer posição, a União Européia percebia que mais tarde, a própria, seria conclamada a servir de ponte entre as verdadeiras potências beligerantes: os Estados Unidos e a Federação Russa. O resgate dessa possibilidade foi construído a partir das reuniões da OTAN para discussão do caso.

Alemanha, Itália e França eram os principais representantes da aliança militar na Europa, que de certo modo, como única instituição na região a administrar conflitos dessa natureza, deveria opinar e agir, se for o caso, instantaneamente. Todavia, os futuros *constraints* limitariam qualquer ação da OTAN para a beligerância russo-georgiana.

O principal deles, de ordem econômica garantiria aos gigantes europeus a animosidade do Kremlin e eventuais retaliações indiretas, já que a geoeconomia era o ponto forte da política externa russa e encontrara, durante toda a evolução energética européia, ambiente para sua fecundação e desenvolvimento.

Concernente a isto, a submissão energética desses países europeus a Moscou restringiu sua (países europeus) lateralidade na solução das disputas do continente. Nas palavras de Rato (2008):

Perante tudo isto, a UE, mais uma vez, dividiu-se. Antigos países comunistas como a Polónia, marcados pela memória da ocupação comunista, não hesitaram em expressar a sua solidariedade com Tbilissi. Reacções diferentes tiveram a Alemanha, a Itália e a França. Dependentes da energia russa recomendaram a «moderação» e insinuaram que a responsabilidade pela crise cabia ao Presidente Saakashvili. Todavia, em Abril de 2008, mostraram-se relutantes em aceitar a entrada da Geórgia e da Ucrânia na Aliança Atlântica, um sinal que Moscovo interpretou como uma luz verde para avançar com a sua investida militar.

(Rato 2008, p.10)

Mas, posições como estas não são novas no cenário internacional e não ligam necessariamente os mesmos aspectos. Ao remontarmos à intervenção estadunidense no Iraque em 2003, foram especulados, continuamente, os reais interesses dos Estados Unidos da América nas reservas petrolíferas iraquianas junto ao planeamento da entrada de empresas anglo-saxónicas na exploração destes recursos energéticos. A participação britânica no estabelecimento de uma ordem local não foi puramente comercial.

A dinâmica das relações internacionais burla qualquer modelo rígido de interpretação do fenómeno de integração entre os Estados. Questões sensíveis ao controle soberano estatal não poderiam mesclar-se a acordos de outras naturezas por implicarem na temática final hobbesiana de mascarar interesses reais a pseudo-objetivos. Ao refletirmos sobre a concepção do somatório do Poder Internacional de Castro (2005) para o fenómeno de polarização do espaço veríamos eixos de ligação aos tipos de poderes, de modo a derrubarem qualquer efeito de individualidade das relações.

Aplicando essa perspectiva à Teoria Crítica estaria comprovado que a permanência dos interesses russos na região atende às interdependências dos atores do mesossistema, no dilema do Complexo Geoeconómico militar (causos belli).

A corrente que segura os atores em processos momentâneos de integração os exime de qualquer comportamento impensado nas agendas nacionais.

A fim de restabelecer-se da sua antiga posição de “determinadores” do mesossistema a União Europeia deveria apressar seu modelo da unificação energética. Como diz Almeida (2008):

No caso da energia, a crise da Geórgia e o ressurgimento de uma Rússia agressiva e expansionista demonstram, mais uma vez, que a UE deverá construir um mercado comum e uma política externa comum na área da energia. Há ainda fortes resistências entre alguns estados-membros. Mas é uma daquelas áreas onde os que estão a favor sentem, não sabemos se bem ou mal, que o tempo lhes dará razão. De qualquer modo, há claramente uma tendência para se reforçar a cooperação europeia na área da energia. A necessidade da cooperação aumentará com o reforço da tendência de agravamento das relações entre a UE e a Rússia.

(Almeida 2008, p. 25)

### **3.3 Conferência da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte): Estados Unidos de mãos atadas**

---

De modo a entender o comportamento dos atores estatais no âmbito do conflito, retomaremos o encontro da OTAN para discorrer sobre o fato. A tentativa de sobreposição dos Estados tal como suas posteriores frustrações exprimem a fragmentação das conjunturas engendradas na construção da Aliança Militar.

Os Estados Unidos aguardavam ansiosos, o desenrolar da observação do conflito embora cientes das implicações da relação entre Rússia e Europa. A política externa de Washington continuaria sua parceria com Moscou na luta contra o terrorismo, embora fosse necessária uma revisão nas relações tanto com o Kremlin quanto com a OTAN.

Adicionando os fatores de interpretação da OTAN ao estreitamento de suas relações com a Rússia através do conselho OTAN-RÚSSIA era inconcebível um afastamento de Moscou nas negociações da Aliança.

Plausivelmente à diplomacia da Organização, deplorou-se a intromissão russa na soberania georgiana e recomendou-se o apaziguamento das relações em consonância com o estabelecimento dos contactos Moscou-Tibilisi. Todavia, ao mesmo tempo dos *out puts* de condenação do conflito, se fazia presente a reticência das potências europeias ao aprofundamento de sanções a Rússia.

Abordado por Nichol (2008) os membros ocidentais, sob o consenso da Alemanha, Itália e França, cientes da problemática que envolveria a aceitação da Geórgia no seio da organização preferiram pelo recuo no alargamento da aliança que, não poderia ser posta em prática no atual contexto europeu.

Acrescido do congelamento dos encontros OTAN-RÚSSIA, a Aliança (com a forte presença estadunidense) pressionava Moscou pela desmilitarização da região intrafronteiriça em contraposição aos ditames de Putin.

O resfriamento das atitudes do Kremlin mesmo comemorado por Washington fazia germinar as novas dificuldades do governo estadunidense em cooptar os antigos aliados europeus à entrada da Geórgia na OTAN, o que representaria uma vitória estratégica dos EUA na desarticulação da reconfiguração do leste europeu aos moldes da Guerra Fria.

Era visível que os Estados Unidos haviam negligenciado a evolução do processo de integração regional europeia da qual a Rússia participava ativamente apesar de que esta se encontrava fora do modelo. A guinada que propiciou o estreitamento dos fluxos comerciais entre a União Europeia e o exportador euro-asiático influenciou indiretamente a visão da presença estadunidense no continente. Embora não tenha se cogitado o fim da aliança com o ocidente europeu, Washington desenvolveu sua política externa para a região com as experiências dos riscos e planejava, com uma diplomacia pesada, reavivar seu nome como “salvação” perante o flagelo das Guerras.

## Considerações Finais

### O que esperar da Rússia nas próximas décadas?

---

O sistema internacional — objeto abstrato de profunda especulação político-científica — poderia ser entendido como a constante sobreposição de fatos, estes emanados das ações dos atores e condicionantes de mudanças significativas dos primeiros.

Ao pensarmos no sistema internacional como um canal de comunicação entre diversos atores, a nível global, perceberíamos a rapidez com que estes interagem entre si, e como produzem a movimentação do sistema com a redefinição de novos participantes. A partir deste ponto, o sistema compreenderia uma Ordem Internacional.

A Ordem, enfim, se caracterizaria pela junção da polaridade (fenômeno de influenciar a região abrangida por sua presença ativa) com a lateralidade (quantidade de agentes das relações internacionais participando do desenrolar de determinada questão), observando a preponderância de certos atores em nível hegemônico. O estudo deste comportamento fez com que surgissem, mais tarde, termos como “cenário internacional”, justificando a constante luta pelo poder e interesse no ambiente do sistema.

A descrição destes termos se faz necessária pelo simples estudo da política como a principal linguagem entre os atores do sistema internacional. Para efeito deste estudo a política surgiria com a necessidade de se introduzir um canal (sistema) de comunicação contínua, seja ela construtiva ou destrutiva, que possibilitasse a produção de efeitos nas mais variadas esferas de ação.

A Rússia, principal fornecedora de gás a Europa e detentora das maiores reservas mundiais, — superiores a 25% do total — é o respectivo foco de estudo no trabalho que concerne ao desenvolvimento de suas relações político-comerciais no continente europeu. O seu maior campo de gás é o Urengoy, na Sibéria.

Na análise da política da Rússia, perceberemos muitos destes conceitos intrínsecos aos interesses de Moscou na simples afirmação de seu espaço entre os demais do globo. A movimentação de sua política externa, tal como de sua diplomacia respeitava a seguinte visão que tem do que seriam sistema e cenário internacionais.

É possível perceber no desenvolvimento do trabalho sobre a dependência energética que esta, muitas vezes, se mostrava no cotidiano dos fornecedores como também dos importadores. Embora o governo moscovita possuísse uma notada influência no setor de energia fóssil, a mesma não se afirmava numa situação favorável; a Rússia dependia de seus contratos e de seus consumidores para “tocar a frente” seu desenvolvimento. Mas, para onde caminha a Rússia?

Em muitos momentos da pesquisa, se podia perceber que a política externa de Moscou, era bastante atrelada ao fator energia e, conseqüentemente, o setor energético seria o principal expoente de exportação. Contudo, não basta entender a política russa como apenas a política do gás ou do petróleo.

Na Teoria Modelística, entendemos a disposição das principais correntes das Relações internacionais em pontos sobre um eixo imaginário descrito como eixo de “realidade”. A localização de uma corrente filosófica nesse eixo determinaria o grau de aderência desta à realidade. Assim, a maneira de um ator enxergar o sistema internacional compreenderia a que escola de pensamento este pertenceria e qual seria sua posição no eixo da Realidade Internacional.

É pertinente partir de uma teoria “neutra” e que permita aos agentes das RI (Relações Internacionais) empreenderem suas interações sem consequência nociva eminente. O Idealismo é uma teoria na qual se preserva a paz e isonomia no campo de interações dos agentes de Relações Internacionais. A esta teoria, se atribui interpolar a noção de comunidade e sociedade internacionais, explicando a virtude de criar um ambiente pacífico para deliberação de Estados, regidos pelo direito de todos (Direito Internacional).

Os acordos, convenções e tratados assinados e ratificados pelos agentes das RI respeitam preceitos ideológicos e que são “formalmente” essenciais na métrica e estética destas conformidades. Contudo, as ações que partem desses consensos respondem por outros interesses e correntes de pensamento.

A condução da política soviética enquanto unilateral e bipolarizada detinha um grau de aderência bem próximo ao contexto vivenciado na segunda metade do século XX. A corrente realista concebia esse momento como seu auge; a guerra era uma ameaça constante e o *hard power* dava ênfase aos interesses em jogo.

O ambiente de constante ameaça nuclear e de corrida armamentista moldava o sistema de modo a impermeá-lo contra possíveis ascensões de outros atores: era o conhecido Equilíbrio de Poder.

Com a dissolução do Regime Soviético em 1981, o agora governo russo delineava sua política na aproximação do mercado externo, que se efetivou na utilização de seus recursos naturais.

O contexto de rápida troca da agenda militarista (*hard power*) pela agenda econômica (*soft power*) sinalizava a sobreposição de uma nova corrente de pensamento nessa fase de transição: a Dependência Complexa. À mercê do movimento de mercado, Moscou entrava por comércios obscurecidos pela noção ocidental e temidos por sua volatilidade.

A ambientação histórica do desenvolvimento da Rússia nos serve de escopo para identificar as mudanças ocorridas pelo direcionamento de políticas nacionais e externas; todas partem de preceitos ideológicos e visões do contexto mundial. Todas as informações colhidas pela Rússia durante sua fase de transição bem como as crises econômicas enfrentadas respondem pelo direcionamento e possível previsão do rumo de sua economia e política.

No ambiente macroeconômico atual, a participação em grupos e blocos é essencial na identificação de um Estado como membro do cenário internacional. Muitos estudiosos das Relações Internacionais iniciam suas previsões a partir da capacidade que os atores internacionais, particularmente os Estados, têm de desenvolverem uma isonomia entre o *soft* e o *hard power*, demonstrada na análise do *Poder Internacional* (somatório das particularidades diplomáticas, econômicas, militares, geodemográficas e culturais do Estado) desses Estados (CASTRO,2005).

Tomando a Rússia como principal elemento de síntese veremos que a questão energética, abordada na pesquisa como de segurança nacional, compreende as esferas político-diplomática e econômico-financeira do *Poder Internacional* (CASTRO,2005). É interessante ressaltar que esses dois elementos são classificados a luz do *soft power*, ou seja, elementos que, embora coercitivos, não estão ligados diretamente a fatores belicosos.

Muitas vezes, a ligação de um Estado a outros, sob a forma de um grupo, respeita fatores em comum entre estes; é o caso dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China).

Para Pisani-Ferry (2005) o desenvolvimento deste grupo é alarmante no que diz respeito à manutenção da atual ordem econômica. O sistema econômico criado no Pós-Guerra Fria pelas potências ocidentais caminhava paralelamente ao crescimento destas. Ao passo que novas instituições e atores foram tomando lugar no *nicho*, o

sistema financeiro internacional sofria um alargamento sem precedentes, que o forçava a adaptar seus conceitos de mercado livre e governança global.

A entrada de atores com um nível de crescimento extraordinário como a China e Índia e de influência estratégica ímpar como Brasil e Rússia, solapou as antigas instituições que até anteriormente, possibilitavam a regulação do mercado a favor de seus criadores. O Multilateralismo econômico é visto por Pisani-Ferry (2005) como elemento em extinção das bases institucionais do sistema. Os cenários previstos para as próximas décadas apenas reafirmarão a posição dos BRICS na ordem financeira econômica mundial.

Para as Relações Internacionais esse fato é de enorme importância, pois está interligado a todos os elementos que formam a interação dos Estados no cenário internacional. Uma mudança no sistema internacional se daria pela mudança do Equilíbrio de Poder no cenário internacional; feito isto, estaríamos diante de uma nova Ordem Internacional, ou seja, um evento caracterizado pelo novo modo de conceber as interações e os atores do Sistema de Nações.

O fenômeno do crescimento da Rússia, contudo, encontrava diversas críticas baseadas na sua fragilidade às crises externas. Hanson (2009) reconhece o grande momento vislumbrado por Moscou, mas ressalta que sua economia é frágil pela “monocultura” dos combustíveis fósseis. A não diversificação dos produtos de exportação e a participação estrangeira em áreas estratégicas da soberania nacional retroagiriam qualquer oscilação agressiva de crescimento do país.

Para Hanson (2009), embora a Rússia apresente uma agenda perspicaz voltada à estratégia de se reafirmar no contexto internacional como a potência de outrora, nada poderia ter efeito se Moscou continuasse nessa relação de dependência com seus produtos exportadores e fornecedores. Ainda sim, Hanson (2009) estabelece um cenário otimista para a Federação Russa em que está aparecendo, na próxima década como superpotência energética com economia diversificada pelos produtos manufaturados.

Mas, o que também atrai a atenção, na previsão da posição russa no mundo, vem dos estudos de Smith (2009) sobre a movimentação da política russa, sobretudo a energética, na primeira década do século XXI. Smith (2009) elucida a agenda internacional da Rússia a fim de afirmar seu novo arranjo na conjuntura internacional contemporânea. A América Latina aparece como principal objetivo da política externa moscovita.

A princípio, a aproximação com a América Latina visaria o estreitamento do relacionamento com os Estados latinos, mas, numa visão realista, estaria implícito o desejo de Moscou em redimensionar o fluxo de influência de Washington no continente. Smith (2009) traria, na condição de afirmadores, aspectos como a aproximação de Venezuela e de Cuba. Os projetos energéticos negociados entre Moscou e Caracas trazem a estratégica Gazprom para o continente americano a fim de consolidar a participação da estatal nos diversos mercados, elemento crucial para o desempenho de suas ações nas bolsas de valores.

A Gazprom alça a construção de gasodutos e sistemas de transmissão com a Venezuela, Bolívia e o Caribe, como também a ousada construção do Gasoduto Panamericano, ligando a Venezuela ao Brasil. Para vínculos de interesses a Rússia também pretende aprofundar nas discussões políticas do continente, evidenciada na sua participação como membro observador da UNASUL — União das Nações Sulamericanas — órgão de defesa e política para a América do Sul.

Essa situação coloca em discussão as novas conjunturas que governo Putin-Medvedev vislumbra no enfraquecimento da posição estadunidense e no fortalecimento da economia russa suprindo espaços deliberativos antes pertencentes aos *yankees*. Sem dúvida uma trajetória muito delicada para os arranjos internacionais anteriormente estabelecidos na região, ou seja, no continente euro-asiático.

Do Brasil, Moscou ressalta a importância de existir uma parceria tecno-científica entre parceiros dos BRICS e por conceber o Estado brasileiro como potência regional na América Latina. Para a Rússia, o grupo dos BRICS deve ser institucionalizado, o que provocaria uma demanda de influência sobre os grupos já existentes como o G-8. Segundo Lukin (2009) os BRICS seriam a principal força motriz da economia nas próximas décadas. A China e a Índia se destacariam como principais pólos industriais e o Brasil e Rússia como os maiores fornecedores de matérias-primas. Cientistas políticos afirmam que o crescimento desse grupo colocará em risco a ordem multipolar vigente.

Durante o desenvolvimento da pesquisa foram observadas muitas características da Teoria Crítica na política externa do Kremlin. Os elementos que corroboram para essa afirmativa partem dos próprios *out puts* do governo russo.

A fragilidade da Federação da Rússia em relação à determinação dos preços dos combustíveis fósseis — principal produto de exportação — surge na Teoria Crítica como o *vetor* externo que caracteriza o Estado em constante crise (o Estado é

bombardeado de interesses extra-estatais). O sistema internacional para o Estado adepto desta corrente não apresenta rigidez na sua forma por este Estado conceber que não exista diferença entre o local e o externo; o que é visto na relação da Rússia com os países da CEI. Tal aspecto é evidenciado nas contendas envolvendo a Ucrânia em 2006 e a incursão militar moscovita na Geórgia; existem sim resquícios de posse destes territórios pelo governo de Moscou.

Por fim, a intermitente busca por auto-afirmação no Cenário Internacional desloca os fatores de seu poder internacional sobrepondo quesitos econômicos acima de fatores políticos e diplomáticos, o que caracteriza o fenômeno de globalização na Teoria da Interdependência Complexa.

Entender a Rússia no âmbito de suas *Forças Profundas* garantirá à análise realizada um máximo de informações referentes ao deslocamento de poder na mesossistemia europeia e propiciará um paradigma às Relações Internacionais que deverá nortear as relações entre os atores globais no sistema. As possíveis previsões a respeito da Rússia ou grupos que incluam sua participação corresponderão diretamente aos eventos oriundos da complexidade dos arranjos nacionais e suas projeções no plano ideológico das ações factíveis.

## Referências

---

### **Livros pesquisados**

CASTRO, Thales. Elementos da Política Internacional: Redefinições e perspectivas. Curitiba: Juruá, 2005, 259 p., ISBN 8536210281, 9788536210285.

GILARDONI, Andrea. The World Market for Natural Gas: Implications for Europe. Berlin: Springer, 2008, 210 p., ISBN 3540682007, 9783540682004.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Gás Natural: Uma energia civilizante? Brasília: Fundação Alexandre Gusmão de Pesquisa de Relações Internacionais, 1988, 48 p.

### **Artigos de Revistas e Periódicos pesquisados**

ALMEIDA, João Marques de. A União Européia e a Rússia após a crise da Geórgia o fim do paradigma do «Pós-Guerra Fria». Relações Internacionais nº20, secção: A Rússia, a União Européia e os Estados Unidos, p. 017-029, Dezembro de 2008.

CHAVES, Daniel; SCHURSTER, Karl. Soberania Nacional no Pós- Guerra Fria: a Ossétia do Sul em Questão. Revista Intellector (CENEGRI- Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais), Rio de Janeiro, volume V, nº10, ano V, Janeiro/Junho 2009.

CORRELJÉ, A.F. Markets for Natural Gas, In C. Cleveland (ed.), Encyclopedia of Energy Volume 3. Amsterdam: Academic Press Reference Series, Elsevier Science, pag. 799-808, 2004.

DUBOVYK, Vladimir. A Ucrânia e a Guerra na Geórgia. Relações Internacionais nº20 secção: Interpretações do conflito Rússia vs Geórgia, p. 045-047, Dezembro de 2008.

FINON, Dominique; LOCATELLI, Catherine. Russian and European gas interdependence: Can market forces balance out geopolitics? Laboratoire d'Economie de la Production et de L'Intégration Internationale, série EPE (Département Energie et Politiques de l'Environnement), nº 14 bis, Paris, Janeiro de 2007.

HANDSON, Philip. Russia to 2020. Occasional Paper of Finmeccanica: Research Department, pag. 5-46, Novembro de 2009.

LEAL, Catarina Mendes. Gás Natural no Século XXI: Uma Visão Geoeconômica. Da Sphera(revista online): Informação Internacional (Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais), Portugal, p. 1-76, Agosto de 2007.

LUKIN, Alexander. Russia to Reinforce the Asian Vector: Some Priorities of Russian Foreign Policy after the Crisis. Russia in Global Affairs, nº 2, vol. VII, Moscou, Abril-Junho de 2009.

NUNES, Carlos Costa. Geoeconomia do Gás Natural e União Européia. Da Sphera(revista online): Informação Internacional (Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais), Portugal, p. 1-56, Outubro de 2007.

NUNES, Rui. A Federação Russa: Desenvolvimentos Recentes no Sector Energético. Da Sphera (revista online): Informação internacional (Departamento de Prospectiva e Planeamento), Portugal, v II, p. 9-82, 2004.

RATO, Vasco. À Procura da Alma de Putin: A Rússia e as Eleições Americanas. Revista de Relações Internacionais, secção: A Rússia, a União Européia e os Estados Unidos, nº 20 pag. 005-016, Dezembro de 2008.

SANTOS, Edmilson Moutinho dos; FAGÁ, Murilo Tadeu Werneck; BARUFI, Clara Bonomi; POULALLION, Paul Louis. Gás natural: a construção de uma nova civilização. Estudos avançados, nº21 vol. 59, p. 67-90, 2007.

SEGRILLO, Angelo. A Rússia em um novo contexto estratégico mundial: uma análise histórica. Revista de Política Externa, Vol. 17, nº3, Dezembro/Janeiro/Fevereiro de 2008-2009.

SILVA, António Costa (Presidente da Comissão Executiva da Partex Oil and Gas). A Europa: Segurança ou Insegurança Energética? P. 27-36, 2008. Centro de Informação Europeia Jacques Delors Europa : Novas Fronteiras Política Energética Europeia nº 22 (Jan.-Jun. 2008) p. 27-36 0873-8068 PP1016/12 CIEJD PP99 DGAE.

Este texto pode ser obtido através do seguinte endereço eletrónico:  
[https://infoeuropa.euroid.pt/opac/PLQD659A1J5NTQH9JIPGG6SB6BRY5U5GVY1AEVLVRF6DADKPL-04535?func=full-set-set&set\\_number=041588&set\\_entry=000005&format=999](https://infoeuropa.euroid.pt/opac/PLQD659A1J5NTQH9JIPGG6SB6BRY5U5GVY1AEVLVRF6DADKPL-04535?func=full-set-set&set_number=041588&set_entry=000005&format=999)

SMITH, Mark A. Russia & Latin America: Competition in Washington's "Near Abroad"? Defense Academy of United Kingdom: Research & Assessment Branch, Russian Series, Shrivenham, Agosto de 2009.

### **Teses e dissertações**

MATHIAS, Melissa Cristina Pinto Pires. A Formação da Indústria Global de Gás Natural: Definição, Condicionantes e Desafios. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008. 296p. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NASCIMENTO, Flávio Augusto Lira. Federação Russa e OTAN: Uma Análise das Políticas de Moscou em Relação à Aliança Ocidental. São Paulo, PUC-SP/UNESP/UNICAMP, 2008, 153p. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Novembro de 2008.

### **Trabalhos apresentados em Congressos**

ADAM, Gabriel Pessin. As Relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus no Pós-União Soviética. I Simpósio em Relações Internacionais do programa de pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP), São Paulo, 12 a 14 de novembro de 2007.

GORST, Isabel. Russian Pipeline Strategies: Business versus Politics. Comunicação apresentada à conferência The Energy Dimension in Russian Global Strategy, organizada pelo Baker Institute, Outubro de 2004.

NICHOL, Jim. Russia-Georgia Conflict in South Ossetia: Context and Implications for U.S. Interests. Congressional Research Service (Order Code RL34618), Outubro de 2008.

PISANI-FERRY, Jean. Será o Multilateralismo capaz de sobreviver ao crescimento dos BRICs? Trabalho apresentado no Fórum Econômico do Cercle des Economistes, em Aix-en-Provence de 5 a 10 de Julho de 2005.

TOMPSON, William. The political implications of Russia's resource-based economy. Seventh International Council for Central and East European Studies (ICCEES) Congress, Berlin, 26-30 de Julho de 2005.

KIM, C. The future of the LNG spot market. 23 rd World Gas Conference: International Gas Union, Julho de 2006.

CAVALIERI, Alberto. Competition in the Natural Gas Industry: European Liberalisation Issues and Regulatory Reform in Italy. Trabalho preparado para o II Milan European Economy Workshop, Milão, Junho de 2003.

### **Documentos eletrônicos**

DOOLEY, J.; RUNCI, P. Energy R&D in Germany. Joint Global Change Research Institute. MD (United States of America), Julho de 2004. Disponível no seguinte endereço eletrônico:

[http://www.pnl.gov/gtsp/docs/gtsp\\_2004\\_8\\_germany\\_energy\\_rd.pdf](http://www.pnl.gov/gtsp/docs/gtsp_2004_8_germany_energy_rd.pdf).

RECCHIA, Laura. Italian Energy Supplies: Security and Instability. Forum Ware International, Viena, Janeiro de 2004. Disponível no seguinte endereço eletrônico:

<http://forumware.wu-wien.ac.at/archiv/fowaint2004.doc>.

VILEMAS, Jurgis. Russia's Energy Policy, 2004. Disponível no seguinte endereço eletrônico: [http://www.ciaonet.org/book/buj01/buj01\\_04.pdf](http://www.ciaonet.org/book/buj01/buj01_04.pdf).

SMITH, Keith C. Security Implications of Russian Energy Policies. CEPS Policy Briefs (Centre for European Policy Studies) p. 1-5, 2006. Disponível no seguinte endereço eletrônico: [www.ceeol.com](http://www.ceeol.com).

### **Artigos de Jornal**

REYMOND, Mathias. Em Busca dos Recursos Naturais. Le Monde Diplomatique Brasil, caderno União Européia, p. 20-21, Dezembro de 2008.